

*Cj*  
*Am*  
*Cels*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE**

**27 DE DEZEMBRO DE 2019**

**ACTA N° 05/2019**  
**(mandato 2017/2021)**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ATA N.º 5/2019

(mandato autárquico 2017/2021)

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS. ....**

**PRESIDENTE – CAMILO ANTÓNIO MORAIS .....**

**PRIMEIRO SECRETÁRIO – MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO .....**

**SEGUNDO SECRETÁRIO – CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS .....**

Eram catorze horas, quando o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Helena Isabel Pires Seabra, Maria Helena Lopes Gonçalves, Maria Inácia Rosa, Ana Rita Simão Rodrigues, que foram substituídos, respetivamente, pelos senhores, Rogério Paulo Pires Talhas, Halestino Ernesto Gomes Pimentel que por não lhe ser possível estar presente foi substituído por Francisco José Correia, Jorge Elias Venceslau Artilheiro e Carlos Manuel Lourenço Rodrigues.

Faltaram à reunião por motivo justificado o Deputado Municipal Maria Inácia Ferreirinha e o Presidente da Junta de Freguesia de Sezulfe. ....

Face à impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, pediram substituição o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, que se fez substituir pelo Secretário da Junta, Francisco José Ramos Castanheira Pinto e o Presidente da União de Freguesias de Castelãos e Vilar do Monte que se fez substituir pelo Secretário da Junta, Carlos Alberto Maceda. ....

Estiveram também presentes, além do Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Rui Alexandre Serapicos Vilarinho, Elsa Carina da Silva Escobar e os Vereadores em regime de não permanência, José Luís Gonçalves Tomé Afonso e Maria da Assunção Gemelgo Correia. -

Verificada a lista de presenças, dela constavam cinquenta e nove Deputados Municipais: Camilo António Morais, Acácio João Carvalho do Espírito Santo, Celina da Conceição de Sá Martins, José António da Silva Madalena, Henrique Manuel Crujo Mendes Palma, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, António Nuno Batista Mendes de Morais, Manuel António Machado Carvalho,

Humberto José Trovisco, Carlos Manuel Rodrigues Carneiro, Manuel Alberto Rodrigues, Fernando Humberto Gomes, Paulo Jorge Ferreirinha, Joana Margarida Silveira Esteves da Silva Vaz, Ricardo Jorge Salsas Batista, Carla Margarida da Costa Palhau, Paulo Duarte da Silva Dias, Luís Filipe Sardinha Cabeceiro, Elias de Jesus Monteiro Afonso, Maria Inês Falcão, Catarina Lúcia Pinto de Matos, Luís Manuel Dias Gonçalves, António dos Santos Pires Afonso, Rogério Paulo Pires Talhas, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Maria Adelaide Alves Gonçalves Batista, Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira, José Carlos Moreira Silva Azevedo, Jorge Elias Venceslau Artilheiro, Francisco José Correia, Celestino Alberto Carneiro Gonçalves, José Carlos Vasco Jecas, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio Mendes, José Manuel Fernandes, Eduardo João Martins Pereira, António Luís Gomes, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Augusto Maçaera Fraga, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Francisco José Ramos Castanheira Pinto, Ramiro Borges Valadar, Rui Filipe Branco Lopes, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, António João Alves Trovisco, Alípio Augusto Marcos, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Maceda, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro.-----

De seguida, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente, à ata da sessão ordinária do dia trinta de setembro de dois mil e dezanove. Não havendo quem pretendesse usar da palavra, esta foi, posteriormente, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 6 abstenções. -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que os Caretos de Podence tiveram um fim-de-ano glorioso, sendo reconhecidos internacionalmente como Património Cultural e Imaterial da Humanidade. E, foi decidido na Comissão Permanente que a Mesa da Assembleia, apresentaria um voto de louvor para nós próprios reconhecermos também que eles mereceram esta distinção.

**“Voto de Louvor -----**

Os Caretos de Podence são a imagem da resiliência e teimosia do Povo Transmontano que sempre se recusou a desistir apesar do abandono dos diversos Governos e Entidades responsáveis pela Desertificação Humana nesta Região. Terão surgido pela necessidade que as pessoas sentiam de purgar as energias negativas acumuladas ao longo do inverno atingindo o ponto mais alto no Entrudo, ou então, uma celebração da viagem do sol, tão importante, para a vida e trabalhos do campo que no solstício de dezembro se iniciava em direção ao Norte, ou, talvez, um processo de iniciação dos rapazes que atingiam a idade adulta. Por uma razão, ou por outras, o que é certo, é que apareceram, e no que diz respeito aos Caretos de Podence, prevaleceram ao longo dos tempos que, tal como o povo que os viu nascer, nunca desistiram, transformando-se em ícones da cultura popular portuguesa do concelho, do país e agora, do Mundo. Assim, a Mesa propõe a esta Assembleia um Voto de Louvor pelo seu percurso cultural



Cy  
M  
Celi

de resiliência e persistência e pelo seu reconhecimento internacional com esta distinção da UNESCO como Património Cultural e Imaterial da Humanidade. Estão de parabéns quem sempre os incentivou, o povo de Podence e do Concelho, a Associação, a Junta de Freguesia, e a Câmara Municipal, que ao longo do tempo nunca deixaram de estar presentes sempre que eles necessitavam. Recomendamos à Câmara que em colaboração com a Assembleia Municipal lhe atribua uma condecoração no Dia do Município. -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** referiu: “Como rodapé, e à margem desta proposta e aí sim, isto é da minha autoria e fica a concordância ou a discordância dos diversos Deputados mas, eu não podia deixar de referir o seguinte: à margem desta proposta e em jeito de rodapé seria injusto não recordar aqui a visão estratégica cultural da Dr.ª Ana Maria Mascarenhas, então Vereadora da Cultura, que vendo o potencial dos Caretos de Podence, iniciou todo este processo de os dar a conhecer, primeiro ao País e depois ao Mundo.” -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e aclamação a proposta de Louvor aos Caretos de Podence.** -----

**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

**LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Começo por desejar a todos a continuação de boas festas e um ótimo 2020 cheio de saúde e de realizações pessoais. Quero agradecer ao Sr. presidente da Assembleia, em particular a amabilidade que teve em endereçar-nos as boas festas, sendo que foram umas boas festas bem mais consentâneas com a época do que aquelas que nos enviou no ano passado, onde escreveu um figurino de um futuro negro para o nosso concelho. No corrente ano de facto não teve essa necessidade, esperemos que por boas razões. Relativamente à Associação Caretos de Podence e toda a tradição que ela acarreta e transporta queria aqui dar os parabéns a todos aqueles que desde o início tiveram uma ação que conduziu a este desfecho. Não posso deixar de assinalar e de referir aqui o Presidente da Associação dos Caretos de Podence, pois ele foi desde o início uma pessoa que de forma intransigente e abnegada defendeu a tradição, defendeu o Careto de Podence e sempre na prossecução de objetivos maiores, foi caminhando degrau, após degrau e passo após passo até chegar a esta distinção com o selo da UNESCO. Não podemos em todo o caso esquecer todos os intervenientes que, de uma, ou de outra forma ajudaram a que se chegasse a esta distinção. No que respeita ao Município, quero também aqui dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara em particular e a todo o Executivo, porque neste caso em concreto, conseguiu fazer aquilo para que de facto foram escolhidos pelo povo, defender os verdadeiros interesses do concelho e dos macedenses, ao invés de outras iniciativas que deixou cair, como já tive oportunidade de lhe dizer aqui mal, nesta continuou a dar o apoio merecido e os resultados estão à vista. Talvez se a mesma atuação

tivesse sido dada a outras iniciativas que vinham de trás se calhar hoje, também poderíamos estar a festejar outros sucessos do concelho, outros sucessos para os macedenses e outras realizações que nos encheriam de orgulho a todos. Contudo, não posso de facto deixar de dar-lhe os parabéns porque aqui cumpriu de facto aquilo para que foi eleito, que foi o apoiar e desenvolver ao máximo o apoio a uma iniciativa que vinha de trás e que cumpria os desígnios de muitos macedenses e os desígnios das melhorias das condições de vida de muitos macedenses e, em particular, o reconhecimento das festas de Carnaval de Podence e do Careto de Podence como Património Imaterial da Humanidade. Queria também colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara. Este selo traz de facto responsabilidades acrescidas e a minha pergunta é se já se está a trabalhar para não pôr em causa o selo, se já está a trabalhar no Carnaval do próximo ano de forma a não colocar em causa todo o trabalho que vem de trás. Tenho a certeza que no que respeita àquilo que se passa na aldeia de Podence a Associação estará a desenvolver todo esse trabalho e necessitará certamente do apoio da Câmara para o continuar a desenvolver. Há uma série de condições que será certamente necessário criar. No que respeita às atividades que se levam a cabo no sábado de carnaval em Macedo de Cavaleiros a minha questão é: como elas decaíram muito nos últimos anos se este ano já estão a pensar em fazê-las com outra dimensão de forma a não defraudar as expectativas das pessoas que nos vão visitar nessas datas? Relativamente ao Carnaval fazia-lhe portanto o pedido para que lhe desse uma atenção especial para o engrandecermos para que ele possa ser um veículo e um motor para termos mais visitantes no concelho e que as pessoas e as várias atividades possam através do Carnaval melhorar as suas condições de vida e as suas fontes de rendimento." -----

**ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS)** – Que disse: “Votos de umas Santas Festas para toda a gente e o desejo de um bom ano de 2020. -----  
Cabe-me fazer aqui uma informação do decurso dos trabalhos da Comissão de Saúde. No âmbito desta Assembleia Municipal a Comissão tem reunido, até na sequência de um desafio que foi lançado pelo Deputado Nuno Morais numa Assembleia anterior a setembro deste ano. E, na sequência disso a Comissão de Saúde decidiu solicitar ao Presidente do Conselho de Administração da ULS-Nordeste, os seguintes esclarecimentos: 1- Clarificação da situação atual do Serviço de Medicina Interna da Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros, nomeadamente em termos de número de camas disponíveis, médicos, outros profissionais em serviço e médicos e outros profissionais a contratar, bem como dos serviços prestados e da perspetiva de desenvolvimento deste serviço nos próximos 5 anos; 2- Qual a situação atual e como se perspetiva o desenvolvimento do serviço de urgência da Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros, nomeadamente no número e especialidade dos profissionais que lhe estão alocados, bem como dos serviços prestados e redes de referência; 3- Definição e/ou qualificação do projeto que a Administração da ULS-Nordeste tem para o desenvolvimento das diferentes Unidades Hospitalares e particularmente para a Unidade de Macedo de Cavaleiros nos próximos 10 anos. -----



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Em síntese, a resposta do Presidente do Concelho de Administração da ULS-Nordeste foi: - relativamente ao Serviço de Medicina Interna temos 21 camas em média, que podem subir para 25 nos períodos de contingência gripais ou outros períodos de doença aguda. Esse serviço é assegurado por 5 profissionais mais um grupo de especialistas contratados para assegurar o serviço de urgência; - Relativamente ao serviço de urgência, este é maioritariamente assegurado por especialista em medicina geral e familiar, tem apoio de medicina interna em regime de presença física, a referenciação é maioritariamente efetuada para Bragança, exceto nas especialidades onde não tem resposta, como por exemplo, cardiologia, gastro, nefrologia, neurocirurgia, cirurgia vascular, oftalmologia, entre outros; - Relativamente ao projeto de desenvolvimento diz o Presidente do Conselho de Administração que desejam manter o funcionamento de todos os serviços, aumentar os quadros médicos, aumentar a oferta de serviços, reforçar a resposta urgente pré-hospitalar, reforçar a articulação entre cuidados hospitalares e cuidados de saúde primários e reforçar os cuidados paliativos a todo o Distrito. No caso específico de Macedo de Cavaleiros diz o Presidente do Conselho de Administração que deseja manter a medicina interna, a medicina física e de reabilitação, a unidade de AVC e bloco para cirurgia programada. Manter os cuidados continuados, paliativos e de convalescença, hospital de dia para doentes oncológicos, consulta externa de medicina interna, diabetologia, AVC, medicina física de reabilitação, otorrino, cirurgia geral, ortopedia, oncologia e paliativos. Nos apoios, manter o apoio da imagiologia e patologia clínica, manter o serviço de urgência básica e com o apoio da medicina interna. De forma inexplícita relativamente à Unidade reportam investimento em equipamento e melhoria das instalações previstas para a ULS-Nordeste. Assim, e na sequência da reflexão efetuada pela Comissão de Saúde no passado mês de novembro entende esta Comissão que a manutenção do atual estado se afigura perigosa. Tal como no passado preocupa-nos essencialmente o plano de investimento e a rede de referenciação hospitalar. Sabe-se da pertinência em discutir de uma vez por todas a viabilidade dos investimentos em unidades velhas e ultrapassadas não sedutoras de jovens profissionais e não promotoras da equidade nacional na assistência. Sabe-se da anormal referenciação para o Nordeste para depois inevitavelmente se duplicar a referenciação para Oeste. Sabe-se da nossa reivindicação antiga, racional e objetiva da construção de uma nova Unidade Central e capaz de aproximar pessoas e profissionais. Assim, deliberou esta Comissão recomendar ao Sr. Presidente do Município que lute pela constituição de um grupo de trabalho intermunicipal, especialmente dirigido ao desenvolvimento de um plano estratégico para a prestação de cuidados hospitalares no Distrito. Nesse plano entendemos que deve ser defendida a construção de uma nova Unidade Distrital e a diferenciação das existentes.” -----

**JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS)** – Fez a seguinte intervenção: “Cumprimento todos os presentes e espero que o ano que se aproxima seja mais profícuo para o desenvolvimento do nosso concelho. Penso que todos nós concordamos que o comércio é uma área económica, social e cultural vital para o dinamismo da cidade de Macedo de



Cavaleiros e que enfrenta enormes desafios num mercado cada vez mais globalizado. Na época do Natal a Associação Comercial promove iniciativas no sentido de dinamizar o comércio local. As compras que efetuamos no pequeno comércio é o dinheiro que fica na Cidade, possibilitando criar novas oportunidades e gerar mais emprego. Quando escolhemos consumir ou comprar em Macedo fortalecemos e impulsionamos a economia do concelho. Estranhamente esta estratégia de desenvolvimento comercial não é adotada pelo executivo. Não consigo compreender por que razão se continuam a convidar empresas do exterior, de outros concelhos para vir prestar serviços a Macedo deixando de fora as empresas da terra que prestam o mesmo tipo de serviço e pagam os seus impostos em Macedo de Cavaleiros. Pelo que sei, neste Natal, a Cidade Natal e a animação de rua no desfile, foi contratualizada com uma empresa da zona da Guarda. Por que razão, Sr. Presidente as Empresas de Macedo não foram convidadas, ainda mais que no caso concreto a empresa sub-contratualizou posteriormente com uma empresa de Macedo? É com este tipo de postura que conseguiremos desenvolver o nosso concelho? Deixo esta pergunta no ar para todos nós refletirmos no futuro.”

**CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “Desejo a todos a continuação de boas festas. Estamos num período de festa em que todos nos congratulamos com o galardão atribuído pela UNESCO aos Caretos de Podence e não posso deixar de felicitar aqui esta Associação por esse Galardão que lhe foi atribuído. Contudo, a minha intervenção vai no sentido de manifestar algumas preocupações e deixar aqui algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara. Avizinha-se o Carnaval de 2020 que este ano vai ter obviamente um impacto muito mais elevado, com o resultado do eco com a atribuição que este galardão teve na imprensa, a que acresce a presença do Sr. Presidente da República durante dois dias do evento, sendo de esperar como é óbvio um crescimento do número de visitantes. Logo, é urgente aqui, perceber como é que este Executivo vai dar resposta a estes desafios. Desde logo chamar à atenção para um aspeto a este respeito da ausência de casas de banho que se verificaram no Carnaval de 2019 e que um evento destes não se compadece com esta insuficiência e por essa razão pretendíamos saber se a mesma vai ou não ser colmatada para o Carnaval de 2020. Outra das insuficiências claramente visíveis prende-se já hoje, com os parques de estacionamento naquele local e pretendíamos saber também se esta questão vai ser equacionada, ou se já o está a eventualmente a ser, uma vez que estamos a cerca de dois meses do evento. Por outro lado, e ainda mais preocupante tem a ver com a questão do terreno que durante alguns anos serviu de local para a realização da queima do Careto e que mereceu inclusive investimentos por parte dos Executivos Camarários anteriores, nomeadamente com a colocação de terras no local, pois, vão-se adensando os comentários de que o atual Executivo não pretende resolver esta questão, fazendo perigar a possibilidade de expansão do local de realização do evento. É assim premente saber, quanto a este espaço, se o Executivo vai encetar negociações com os proprietários tendo em vista a sua aquisição, ou, se efetivamente existe qualquer outra solução prevista para o local. Por outro lado, também tem sido veiculado que o Arquiteto Souto Moura aceitou o desafio que lhe foi lançado de





*Celino*

elaborar um projeto para um novo espaço condigno para os Caretos, com novas instalações, museu e outras funcionalidades que se possam vir a considerar. Para este efeito é necessário mais espaço físico que poderia ser o tal terreno de que se fala há muito tempo e que se insistem em não encarar a solução de modo a ser tratado. E, a pergunta que fica é se efetivamente este Executivo está em condições de aceitar este desafio no que diz respeito nomeadamente à questão da elaboração deste projeto por parte do Arquiteto Souto Moura? ---- Sr. Presidente, as preocupações aqui trazidas prendem-se com a responsabilidade que temos de assumir uma vez que estamos a meio de um caminho que é preciso percorrer com passos certos para que dentro de 6 anos na avaliação que for feita aos Caretos por parte da UNESCO todos tenhamos a consciência do dever cumprido e consigamos sem qualquer dúvida renovar a distinção que nos foi concedida.” -----

**HENRIQUE MANUEL CRUJO MENDES PALMA (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “Queria começar por desejar a todos a continuação de boas festas e que o ano de 2020 traga muita saúde para todos mas também que todos juntos consigamos trabalhar em prol do nosso concelho fazendo com que ele tenha mais futuro, nomeadamente para os jovens porque é deles que é o futuro. Queria aqui abordar um tema que me é muito familiar, como pequeno produtor e técnico ligado a esse setor que é a questão da agricultura. Pode parecer muito fastidioso falar nele, mas, nós aqui no nosso concelho nunca o podemos esquecer porque somos um concelho que depende muito economicamente deste setor. Por isso, penso que nunca será demais falar e alertar, até porque é um setor estratégico para o nosso desenvolvimento. São muitas as atividades que as nossas Freguesias já hoje desenvolvem para que o pequeno agricultor/produtor consiga tirar alguma mais-valia daquilo que produz na sua pequena horta familiar, ou na sua pequena propriedade. Existem as Feiras dos Produtos da Terra espalhadas pelo nosso concelho, algumas mais dinâmicas que outras mas, todas têm o mesmo objetivo que é proteger os nossos agricultores e fomentar a promoção dos nossos produtos tradicionais, por isso, eu gostava de dar os parabéns a todos os Presidentes de Junta que têm essa preocupação e gostava de deixar-lhes uma mensagem de apoio e conforto pelo esforço que fazem para essas atividades se desenvolverem cada vez mais. Essa é que são as mais-valias para a Freguesia e para o nosso Concelho. Outras Freguesias têm outras preocupações com as suas populações. De qualquer modo deixo aqui um reparo: olhem também para a vossa agricultura e ajudem a dinamizar a nossa Feira da Agricultura com a vossa presença e logicamente com os vossos produtos da terra. É importante que esta dinâmica seja bem interpretada por todos. Só assim é que teremos uma Feira Agrícola que seja reconhecida e que demonstre a importância e as potencialidades do nosso setor agrícola, do nosso concelho e da região. Existem no entanto alguns problemas neste setor, no entanto este Governo tem tentado que o mesmo seja mais atrativo e criou algumas figuras como é o caso do estatuto de agricultura familiar e também o estatuto do jovem empresário rural. Mas, os seus benefícios não chegaram ao terreno, julgo que irão aparecer, assim os aproveitem os nossos jovens. Temos um problema novo que são as alterações climáticas que já estão aí

mas, no entanto, e para bem da nossa região existem já alguns estudos de alguns investigadores do setor agrícola e todos eles concluem que a agricultura familiar poderá ser a menos afetada, alguns dizem mesmo que vai ser esta que vai criar a sustentabilidade futura no setor alimentar, por isso não deverá ser abandonada. Vamos ter essa esperança. Para além disso este sistema agrícola é um fator de desenvolvimento da nossa região e, como tal, sem este tipo de agricultura não existem produtos endógenos de qualidade, não existe paisagem e cada vez menos vão existir agricultores e pessoas a viver nesta região. Deixava aqui um alerta a este Executivo – se não se fizerem investimentos no setor agrícola e se as Cooperativas e Associações do nosso concelho não elaborarem projetos para apoiar os jovens agricultores e os agricultores seus associados, se não houver esta sensibilidade, bem pode este, ou outro Executivo investir noutros setores, como por exemplo no Turismo. Reforço, este não vai existir sem paisagem, sem gastronomia, sem preservação do ambiente, sem caça e sem projetos de apoio à preservação das nossas raças autóctones. Não haverá desenvolvimento económico no concelho e ficará assim ao abandono um património cultural de gerações. Todos temos a noção que o setor primário é de extrema importância para o nosso concelho e para o desenvolvimento sustentável do mundo rural. Eu, ainda acredito no futuro do concelho.” -----

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Que disse: “ Cumprimento e desejo boas festas a todos os presentes. Vou limitar-me a referenciar que estamos aqui única e exclusivamente pelo supremo interesse do concelho e é isso que nos move. -----  
Sr. Presidente, faço minhas as palavras da pessoa que me antecedeu, o Deputado Henrique Palma, e aproveito para dizer-lhe que corroboro a 100% as palavras que disse mas não corroboro a atitude da Câmara ao autorizar a prospeção de volfrâmio em Murçós como também não corroboro a atitude complacente da Autarquia na autorização de prospeção de lítio. O Sr. Presidente tem de uma vez por todas dizer-nos o que pretende do concelho. Se quer um concelho agrícola em que as políticas que a Autarquia propõe é de dinamização agrícola, de dinamização para que as pessoas que venham cá vejam um meio ambiente bonito e atrativo que traga cada vez mais gente, ou quer um meio ambiente completamente “esburacado” em que pomos de parte todas as mais-valias que temos atualmente investido na agricultura, feitas por todos os agricultores do nosso concelho. Portanto cai-me mal. Há 30 anos que ando nesta vida a correr a seca e a meca no concelho, lido com agricultores no meu dia-a-dia e, cai-me mal que de alguma maneira se utilize a agricultura para um discurso político e, depois na prática, vejamos zero. Ou seja, não há nenhuma política de estímulo, tem sempre a desculpa da política que o Governo pode implementar e penso que não seja assim, pois se não houver uma dinâmica agrícola no concelho e se o Sr. Presidente que foi a pessoa que foi eleita para liderar este concelho durante 4 anos, não indicar o caminho e não der condições para que toda a área agrícola ande para a frente, lamento isso. A outra questão que eu queria colocar diz respeito à BLC3. Numa primeira intervenção que fiz nesta Assembleia Municipal disse-lhe que tinha sérias dúvidas em relação à intervenção da BLC3 e até do interesse da BLC3 aqui no nosso concelho. Numa Assembleia Municipal posterior a um evento quase



*Handwritten signature and initials*  
Cela

apoteótico e em que senhor apadrinhou o aparecimento da BLC3 aqui com representantes do Estado e do IPB depois, e desculpe que lhe diga que fiquei um pouco envergonhado com aquilo que agora sei que se passou com a BLC3, com o despedimento dos investigadores, com ações em Tribunal em nada dignificam até o nosso concelho. Dizer-lhe que aquilo que o Sr. Presidente me disse quando eu lhe expliquei que não estava de acordo com a frase que o senhor tinha dito “a BLC3 seria um grande motor para o aparecimento de meios humanos no concelho para o desenvolvimento do concelho” e eu disse-lhe na altura que os meios humanos já aqui estão, é preciso é que a Autarquia tome atitudes proactivas de dinamizar esses mesmos meios humanos. Os meios humanos portanto estão cá e há que os apoiar e dinamizar. A terceira questão é relativamente às palavras, e tenho muito apreço pela resposta que me foi dada pelo meu colega Acácio espírito Santo em relação ao Hospital, mas dizer-lhe que as palavras leva-as o vento e portanto como sabe já há em termos epidemiológicos a espera de um pico de gripe para o próximo mês e portanto eu espero que o Sr. Presidente da Câmara sabendo disso e sabendo desta preocupação e sabendo que a maioria das pessoas do nosso concelho são pessoas idosas e com patologias associadas que podem agravar-se em caso de gripe, tome as medidas necessárias para aumentar o número de camas e que, se essas pessoas precisarem de um serviço de medicina interna, sabendo eu que os profissionais que lá estão são de excelência, pelo menos fiquem no nosso concelho, fiquem junto dos seus filhos e nas suas casas e não sejam enviados para outros hospitais fora da nossa área.” -----

**JOÃO MANUEL RODRIGUES ALVES (PS)** – Que disse: “ Em primeiro lugar quero dar os parabéns ao Deputado Municipal Nuno Morais pela sua eleição na concelhia do PSD. Relativamente ao tema do dia, ou seja os Caretos de Podence. Mas em primeiro lugar pretendia fazer aqui uma pequena correção, para quem não sabe o que foi aprovado como Património Imaterial da Humanidade não foram os Caretos de Podence. Uma coisa é indissociável da outra mas, o que foi aprovado foi o Entrudo Chocalheiro, ou seja, o Carnaval de Podence é que foi aprovado como Património Imaterial da Humanidade. Depois fico muito contente e agradecido porque daqui para a frente o meu trabalho vai ser mais fácil e eu já não vou ter que pedir nada ao Sr. Presidente da Câmara porque tanta gente a pedir para mim com certeza que terei o meu trabalho mais facilitado. No entanto, quero deixar toda a gente descansada e dizer-vos que também nós estamos preocupados com o evento “Entrudo Chocalheiro” e já há muito tempo que estamos a trabalhar nele, tanto a Câmara Municipal, como a Junta de Freguesia, a Associação Caretos de Podence e outras pessoas que colaboram. Estamos atentos a todas as situações, nomeadamente casas de banho, estacionamento pois tudo isso faz parte do trabalho que tem sido desenvolvido pois todos estamos empenhados em que quem nos visite vá daqui com uma boa imagem pois é nossa preocupação também em tornar o nome de Macedo de Cavaleiros cada vez maior. Agradeço ainda a todos pelo facto de se terem associado a esta situação e sentirem que os Caretos de Podence somos nós todos. Agradeço ainda à Câmara Municipal e ao Turismo Porto e Norte a receção que nos fizeram quando chegamos, só lamento que estivesse a chover razão pela

qual não tivemos mais gente para nos receber, apesar de a hora ser também já tardia. Fiquei um pouco triste por ver que havia tão pouca gente no jardim à nossa espera. Toda a gente adora os Caretos, toda a gente quer que eles sejam o símbolo do nosso concelho mas quando é preciso dar a cara um bocadinho de chuva é um impedimento. Tenho a certeza absoluta que se fosse em Mirandela ou Bragança metade da Cidade estava lá e isso deixou-me um bocadinho triste. Pois tal como temos de nos regozijar com as vitórias também temos de referir aqui quando temos derrotas e esta é uma mágoa que aqui deixo pois gostava que as pessoas sentissem mais se de facto estão tão empenhadas na vitória dos Caretos que nos apoiem nas vitórias também.” -----

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Começo por me referir também ao Entrudo Chocalheiro e aos Caretos de Podence que se viram reconhecidos pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade para grande satisfação de todos, uns podendo estar presente ou não, na receção. Mas foi motivo de grande satisfação para todos, é uma luta de muitos anos pois recordo-me eu que estava nesta Assembleia no tempo do Eng.º Luís Vaz quando começou esse trabalho, depois continuado pelo Eng.º Beraldino com a inauguração da Casa do Careto e todo o trabalho que fui acompanhando da Engª Sílvia tendo continuado com o Dr. Duarte Moreno na fase da Candidatura e, felizmente durante todo este tempo o António Carneiro a trabalhar por trás sempre a puxar. Há efetivamente o trabalho de muita gente a que devemos estar agradecidos e portanto importa neste momento reconhecer isto. Sr. Presidente, no seguimento da Assembleia da CIM e relativamente a algumas questões que lá foram colocadas questionava o seguinte: a 10 de abril foi entregue a esta Câmara e a todos os 9 Municípios que constituem a CIM Balcões Móveis, viaturas elétricas que se devem deslocar às Freguesias para prestar serviços públicos aos cidadãos, nomeadamente no que diz respeito ao tratamento de documentos, etc. Eu perguntava aqui o que é que está a ser feito dessa viatura, se de facto já está a ser utilizada, ou se ainda está à espera? Outra questão abordada na CIM e é uma preocupação também para nós porque eu próprio muitas vezes assisto “in loco” à expedição de mercadorias por essa via. Como sabe na sequência do acordo entre a Rodonorte e a Rede Expressos houve uma fusão de serviços e do ponto de vista da deslocação de passageiros penso que não há agravamento de custos mas, já o mesmo não se passa do ponto de vista da expedição das mercadorias com um agravamento notório com repercussão para os nossos pequenos produtores que expedem mercadorias nomeadamente para o Porto e Lisboa por essa via. Queria apenas deixar aqui a minha preocupação relativamente a esta questão porque a esse nível há uma perda de concorrência e os reflexos estão à vista, ou seja o aumento imediato dos custos.” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Agora sim. Somos todos Caretos. Até quem não gostava do Carnaval o é. A UNESCO consegue fazer destes milagres. Quis o destino que esta Assembleia ocorresse num período de alegria, como são as Festas de



Cy  
A  
el

Natal e de Passagem de Ano, onde se deseja paz e amor e se dá outro significado à proximidade entre as pessoas. Então imbuído neste espírito natalício venho agradecer ao Sr. Vereador Pedro Mascarenhas o apoio que me prestou e a forma como encaminhou o meu pedido. É verdade que foi eleito para isso mas, quantas e quantas vezes os nossos pedidos caem em saco roto e quem nos ouve fica a assobiar para o lado como se o cargo como o de Presidente da Junta não fosse levado a sério e não tivéssemos que andar sempre a pedinchar em prol da nossa Comunidade. Nós os Presidentes das Juntas não passamos disso, uns pedintes. Tenho pena de estragar o sonho nesta época de sonhos a alguns que se viam de outra forma mas, é o que somos na realidade, pedintes, que conforme a nossa "côzinha" ou nos vão ignorando, ou dando uns trocos para nos irmos contentando e calando. Mas, adiante que a época é de festa. Este agradecimento, como tudo, tem um preço e, esse preço, Sr. Vereador é que mantenha as boas relações comigo, como até agora tem mantido, atendendo as minhas chamadas e recebendo-me como até a esta data. Como vê não é um preço alto. Sinceramente pensei muito antes de lhe vir agradecer porque como diz a expressão popular "gato escaaldado de água fria tem medo" e, na última vez que eu agradei a um Vereador por um serviço que esperava há dois anos, esse serviço saiu logo da minha freguesia ao final de sete dias de trabalho e, como ele anteriormente prometia, saltou para outros lados a quilómetros da minha freguesia, tudo isto sem pousar a pá. Em relação ao Sr. Presidente quero também agradecer a sua presença e da Sr.<sup>a</sup> Vice-presidente Elsa Escobar na inauguração da Universidade Sénior, Pólo de Murçós. Ficou provado que nós sabemos e gostamos de receber toda a gente, foi uma honra para nós recebê-lo em nossa casa e espero que se tenha sentido como em sua casa. Mas, vai desculpar-me porque também tenho um pequeno reparo a fazer-lhe. É a segunda vez que o Geoparque não age da melhor forma connosco. A primeira vez foi aquele passeio virtual à Serra de Bousende que não aconteceu devido ao mau tempo e além de nunca mais ter sido remarcado até hoje, não aparecia em nenhum lado nos cartazes o apoio que a União de freguesias lhe prestava. A segunda vez foi dia 21 de novembro de 2019, onde não nos foi dado sequer conhecimento da ação que se iria realizar em Murçós. Acho que seria no mínimo normal haver um convite para a União de Freguesias se poder fazer representar, ou, se não queriam a nossa presença davam-nos conhecimento que iriam utilizar as nossas instalações para aquela atividade. Espero que em ações futuras esta situação não volte a repetir-se e, estranho quem está há tantos anos no Município, não se lembrar qual a boa forma de trabalhar. Por último, Sr.<sup>a</sup> Vice-presidente tenho duas pequenas recomendações a fazer. Em, relação à iluminação de Natal espero sinceramente que o contrato seja ao dia e não por época natalícia porque é no mínimo caricato que no dia 16 de dezembro ainda andarem a colocar a iluminação, por este caminho a nossa Feira da Caça vai ser a mais Natalícia de sempre. Por último, a Festa de Natal das Crianças. Tivemos sorte com a meteorologia no desfile mas, é inadmissível, as crianças estarem sentadas no chão com uma alcatifa super fina e com as temperaturas que se faziam sentir, 5 graus naquela manhã. A festa de Natal muitos pais, um dos quais eu, dura até hoje, agora com o acordar a meio da noite para dar medicação à minha filha e a melodia da tosse que não nos faz esquecer a festa, onde



a Câmara deslumbrou à custa da saúde dos nossos filhos. Por último, o Deputado Henrique Palma parece desconhecer um bocadinho a nossa agricultura visto que no início de setembro quando se faz a Feira da agricultura há poucos produtos disponíveis. Se calhar era mais fácil o Executivo admitir o erro da data escolhida e regressar à data anterior.” -----

**CARLOS MANUEL LOURENÇO RODRIGUES (PSD)** – Que disse: “ Permitam-se que estenda a todos nesta altura festiva umas saudações de boas festas e votos de uma boas saídas e de umas boas entradas no novo ano. Sr. Presidente da Câmara, aproveitando a época em que estamos e imbuído neste espírito de comunhão permita-me que não lhe faça uma crítica mas antes um pequeno reparo. Como julgo ser do seu conhecimento, e do conhecimento de todos em geral, existe por Lei aquilo a que se chama o Conselho Municipal de Juventude, que é por excelência o órgão em que as estruturas jovens do concelho têm representação para discutir as problemáticas que preocupam os jovens e os anseios da juventude e, sendo auscultados pelo Município dar o seu contributo e a sua participação para a elaboração das políticas de juventude que venham a ser perseguidas. O que se tem vindo a reparar é que infelizmente o Conselho Municipal de Juventude no nosso Município não está a funcionar e perguntávamos qual o estado da situação e o porquê de não funcionar e queria aqui lembrar que uma das competências atribuídas por Lei a este Conselho Municipal de Juventude é a auscultação, por parte do Executivo aquando da elaboração do orçamento municipal, que hoje aqui vai ser discutido, ao não haver Conselho Municipal constituído, não existe a tal auscultação e estamos portanto a faltar ao que é devido. É ainda uma competência deste Conselho Municipal da Juventude a elaboração de um parecer, obrigatório, embora não vinculativo, da parte do orçamento que diz respeito às políticas de juventude e às áreas conexas. Vamos esperar que possamos entrar no ano de 2020 com outro espírito e que daqui por um ano no orçamento, um pouco antes já possamos estar a trabalhar da forma correta e eu quero acreditar que sim, que faremos tudo para que isso aconteça. Quero ainda aproveitar a oportunidade para deixar ainda aqui uma nota de reconhecimento, porque também estamos cá para essas alturas de que vi com agrado inscrito no orçamento uma verba para a reabilitação dos Parques Infantis. Foi uma crítica que a JSD Juventude Social Democrática fez publicamente ao Executivo e que agora também sabemos reconhecer que se realmente a verba está lá, estaremos cá à espera que se cumpra a tal reabilitação dos parques infantis e um bem-haja por ter acolhido a nossa crítica.” -

**MARIA INÊS FALCÃO (PSD)** - Fez a seguinte intervenção: “ Apesar do voto de louvor, que subscrevemos, não podemos deixar de nos sentir orgulhosos pela integração das festas de inverno “ O Carnaval de Podence” a Património Cultural e Imaterial da Humanidade pela UNESCO, no passado dia 12 do corrente mês. Esta Candidatura teve agora o seu auge apoiada, e muito bem, por este Executivo. Contudo, lembro que foi iniciada em 2014, à data o anterior Executivo deu também todo o apoio, sem esquecer os anteriores executivos, que em épocas diferentes apoiaram e deram o seu contributo. Felicito também o Sr. Presidente da



Junta. Como os últimos são os primeiros, felicitamos a Patrícia Cordeiro pelo excelente dossier de Candidatura apresentado e exemplar para Portugal. Ao António Carneiro, Presidente da Associação de Caretos de Podence, um dos grandes impulsionadores da tradição, apesar das dificuldades sentidas, nunca desistiu. Tentou sempre motivar a comunidade, a sua gente, lutou pela identidade única que são os Caretos de Podence. Depois de 40 anos a caminhar em conjunto com os homens, entenda-se Caretos, em prol desta tradição secular e depois deste reconhecimento a nível mundial a bancada do PSD propõe para o António Carneiro uma distinção honorífica do Município.” -----

**ALÍPIO AUGUSTO MARCOS (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ O que me traz aqui novamente é a minha freguesia, os seus passeios e aqueles postes moribundos. Penso que a penúltima vez e primeira que falei consigo sobre o assunto foi em julho, que ficou de falar com o Vereador Pedro Mascarenhas para me dar uma resposta, que não foi dada. Na última Assembleia realizada em Talhas voltei a levantar a questão e não obtive qualquer resposta e por isso volto novamente ao assunto. O Sr. Presidente quando tomou posse como Presidente a obra dos passeios estava em curso e o contrato, pelo que sei, pois nada vi escrito, mas que me foi dito, que a EDP iria colocar a luz subterrânea e os candeeiros, retirar obviamente os postes que estavam e a Câmara repunha os passeios. Está lá parte do material e não vou questioná-lo sobre a questão dos passeios que essa foi uma decisão que vocês tomaram política ou financeira não importa mas a questão dos postes não consigo perceber porque é uma questão burocrática, ou seja, é uma questão de o Município obrigar a EDP ou as Empresas de Telecomunicações a resolver aquela questão. E, é isso que eu quero que o Sr. Presidente me diga, pois quero saber como está a situação e o que pensa fazer sobre isto?” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer “ gostaria de vos desejar a continuação e que o ano de 2020 seja um ano que nos dê a continuidade do progresso com confiança, paz, alegria e saúde como aqui foi dito pelos meus antecessores. -----  
Relativamente à primeira intervenção, que eu saúdo e antes de mais agradeço a todos os Deputados que me colocaram questões que me permitem esclarecer dúvidas que existam. -----  
O Deputado Municipal, Luís Gonçalves fez uma excelente intervenção sobre os Caretos e que eu muito apreciei e é óbvio que também me sinto de certa forma confortável porque desde o primeiro dia que assumi o cargo de Presidente da Câmara estive sempre com os Caretos e prova disso é que não deixei cair a Candidatura, antes pelo contrário, acarinhei-a com todo o entusiasmo e com toda a minha dedicação e fiz todas as diligências necessárias onde foi necessário estar e onde foi necessário intervir. Claro que nada disto seria possível se não tivesse começado há umas décadas atrás e temos aqui um denominador comum como já aqui foi dito, o António Carneiro, uma pessoa dedicada que teve uma visibilidade única, percebeu



que defendendo esta tradição poderia fazer sobreviver uma mais-valia da nossa Região e do nosso concelho porque também está integrada nas festividades de inverno e na festa dos rapazes e assim valorizar ainda mais o Entrudo Chocalheiro que já tinha alguma fama e todos os meus antecessores no Executivo trabalharam no mesmo sentido e nós melhoramos a Candidatura e por isso honra seja feita à Patrícia Cordeiro, que fez uma Candidatura exemplar e acima de tudo soube assimilar as críticas que foram feitas por parte da UNESCO e do Ministério da Cultura e assim conseguiu fazer uma Candidatura que foi exemplar e isto como é óbvio encheu-nos de orgulho e está de parabéns o povo de Podence, o concelho de Macedo e o País. -----

Relativamente ao selo UNESCO e as responsabilidades próximas já aqui foi dito que o Carnaval mais do que nunca tem todos os nossos interesses apontados para as festividades de fevereiro, particularmente o dia 23 e a véspera porque no corrente ano teremos uma visita ilustre, o Presidente da República que não quis deixar de se associar ao Entrudo Chocalheiro e como tal o trabalho a desenvolver tem sido até agora exemplar sem envolver investimentos de vulto. Iremos ter uma atenção especial no próximo ano trabalhando os três e o povo de Podence no mesmo sentido e queremos dotar das infraestruturas necessárias, condições de estacionamento também e obviamente que o apoio dado ao projeto do Arquiteto Souto Moura, foi um desafio feito que provavelmente vai ser aceite, teremos de ver de que forma o conseguiremos fidelizar e fazer com que Podence seja uma referência da Arquitetura Nacional. Ainda sobre o Carnaval e o desfile na Cidade, confesso que no próximo era minha vontade concentrar todo este trabalho em Podence mas entendo também que não podemos deixar a Cidade sem um desfile e só espero que possa honrar o que já foi feito no ano passado, onde tivemos muito público, muita animação e muita luz. -----

No que diz respeito à intervenção do Deputado Municipal Acácio Espírito Santo que fez um resumo sobre as informações prestadas pelo Presidente do conselho de Administração da ULSNE, dizer que estas informações já me tinham sido dadas e eu gostaria de poder dar algo mais ao Deputado Nuno Morais mas, esta é a informação que temos porque é a informação que nos foi prestada mas a minha preocupação estará sempre presente e permanecerei atento. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Municipal Jacinta Lopes dizer-lhe que temos trabalhado em proximidade com a Associação Comercial e temos tentado melhorar a forma de apoiar, uma vez que não a podemos subsidiar mas com as dificuldades que a Associação tem vivido, temos tentado criar condições para que eles trabalhem em prol da economia macedense, do comércio, da indústria e dos serviços de forma exemplar e com algum conforto. Sobre a iluminação de natal e as empresas contratadas, foram feitas propostas e houve duas empresas de fora do concelho que enviaram propostas e de Macedo não houve qualquer proposta. A subcontratação que existiu foi em função dos equipamentos disponíveis por parte das empresas de cá, ou seja o investimento que é feito de uma forma indireta fica no concelho, pois pelos vistos não havia cá técnicos disponíveis para fazer todo o trabalho, nomeadamente Workshops mas ainda bem que a subcontratação foi feita a uma empresa de Macedo. -----



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

A intervenção do Deputado Municipal Carlos Carneiro sobre os equipamentos para o Carnaval de Podence já foi aqui dito pelo Deputado João Alves e penso que estará tudo preparado antecipadamente, quer quanto às casas de banho quer quanto ao estacionamento. O terreno das Varandas do Azibo é um processo que se arrasta há dois anos e desde aí que tento negociar estes terrenos e sou de opinião que os devíamos comprar até porque estes para os proprietários não servem para construção nem os utilizam contudo estão a criar dificuldades e não percebem que é do interesse da freguesia e do concelho que os mesmos estejam disponíveis e já usamos todos os intermediários possíveis, desde familiares até ao Presidente da Associação de Caretos mas sem sucesso na minha opinião mais por teimosia dos proprietários dos terrenos por forma a entravar o processo. E, neste momento desafiava esta Assembleia a decretar aquele terreno de interesse público e a expropriá-lo. -----

A intervenção do Deputado Municipal Henrique Palma e a Agricultura. Este foi um mote de bandeira da campanha do PS onde assumi o empenho em desenvolver e apoiar a nossa agricultura e tem havido a sensibilidade para apoiar os jovens agricultores e jovens empresários e também todo e qualquer empreendimento que venha no sentido do interesse do Município e dos próprios jovens. Gostaria ainda de dizer que no corrente ano já foi contemplado o apoio à sanidade animal, embora ainda sem possibilidade de o fazer na totalidade, apoiamos também e tomamos medidas contra o cancro do castanheiro e neste momento estamos a propor o alargamento dos tratamentos. Quanto à preocupação das alterações climáticas, a paisagem, a gastronomia, a proteção das raças autóctones temos apoiado com mais relevo o solar da raça mirandesa, mas isto é transversal aos Municípios que são o Solar da raça Mirandesa, mas também as outras raças autóctones, estamos disponíveis para continuar o trabalho e aí vai ter alguma preponderância também o EDRU. -----

No que diz respeito à intervenção do Deputado Municipal Nuno Morais relativamente à autorização da prospeção do lítio e do volfrâmio é um decreto governamental que temos de aceitar. E, o que temos de ter bem presente é que de acordo com o resultado que vier e se houver, porque é uma das cláusulas que está bem clara, provas de que isso poderá contaminar o ambiente e poderá prejudicar o território, teremos as nossas medidas e seremos absolutamente contra a prospeção e exploração e tudo faremos para contrariar qualquer iniciativa ou a entrega à empresa de exploração mineira que está adjudicada. Sobre o interesse que isto poderá ter, ou não, para a aldeia de Murçós, até propus ao Presidente da Assembleia para passar um Documentário muito elucidativo daquilo que foi uma aldeia muito florescente e economicamente desenvolvida e sustentada que perdeu população e formas de rendimento. Quanto à BLC3 confesso que até haver provas em contrário primeiro defendo a gente da minha terra, mas cima de tudo defendo o que é justo e enquanto não houver provas de condenação da empresa, e eu apoio os promotores que saíram, mas que não foram todos, e custou-me que de imediato tivessem adotado o Brigantia Ecoparque como sede dos seus projetos, embora outros não o tenham feito. A BLC3 continua com um projeto/candidatura apreciada inicialmente de forma positiva pelo seu valor mas que ainda está em sede de gestão para apreciação para a constituição de 7 recursos humanos altamente qualificados, aqui no nosso território. Isto

significa que são mais do que os que tínhamos e significa também que o investimento local é de meio milhão de euros, que será no mesmo edifício e para inovação e desenvolvimento e espero obter alguns resultados, nomeadamente não perder aqueles promotores que se distanciaram do projeto por um mero desentendimento de alguma burocracia de organização porque estas candidaturas obedecem à apresentação de relatórios pois penso que o diferendo começou por aqui. -----

Quanto ao Centro Hospitalar e as medidas necessárias para a gripe compete-me a preocupação mas o trabalho técnico é do Centro Hospitalar e temos de acreditar neles. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal João Alves a preocupação do evento aqui demonstrada é também minha preocupação, aliás é de todos nós e todas as nossas energias estão encaminhadas para o Entrudo Chocalheiro de Podence que com certeza nos irá deixar ficar bem. O Presidente de Junta está empenhado a Associação de Caretos também, tal como a população de Podence e o Município. Partilho também a sua mágoa da falta de apoio quando chegamos a Macedo porque para se ser Careto tem de se estar sempre nos bons e nos maus momentos. -----

A intervenção do Deputado Municipal José Madalena e as preocupações sobre os balcões móveis reconheço que não tem sido um processo exemplar mas isso não se passa só no Município de Macedo pois está a acontecer com os outros, sendo que o que conseguiu de certa forma antecipar a utilização do balcão móvel, talvez pela organização das suas aldeias, que são muitas, foi Mirandela tendo todos os outros Municípios sentido algumas dificuldades. Em Macedo ainda não estamos em condições para o fazer até por uma questão de dificuldades na constituição da equipa técnica. Quanto à política de transportes, este ano vão começar com a redução de 25% nas tarifas, relativamente à expedição de mercadorias poderemos ter alguma ação de sensibilização junto das transportadoras mas talvez sem capacidade de negociação a não ser a pressão através das contrapartidas dada a falta de concorrência verificada. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal David Martins e a referência que fez a essa ação de pedinchar perante a Comunidade, eu também sei o que isso é e é verdade que esta posição não é muito confortável e eu prometi que iria apoiá-lo. Pode não acontecer este ano mas é óbvio que irá ser apoiado, que em boa verdade já o foi, porque a estrada de Cabanas só ainda foi paga este ano embora a dívida já fosse antiga. Os procedimentos relativamente à Universidade Sénior deixo os parabéns à forma como se constituiu essa extensão da Universidade Sénior se tivermos em conta que em concelhos como o nosso não é fácil ter mais do que uma Universidade Sénior a de Murçós é muito ativa e continuaremos a trabalhar em conjunto. Desconheço a forma como se processou o evento do Geoparque mas o que me foi comunicado é que os técnicos tentaram falar com o David e não terão tido grande acolhimento da sua parte para programar as coisas. Quanto à iluminação de Natal a pessoa responsável pela empresa contratada num gesto humilde comunicou à Câmara que não tinha tido pessoas disponíveis para proceder à instalação da iluminação em tempo útil e, entretanto comunicou que iriam reparar essa falha grave e de forma modesta e humilde teve a hombridade de dizer



CJ  
Elsa

que seria reduzido aos custos todos os prejuízos causados. A Festa de Natal congratulo-me com a mesma e aproveito para dar os parabéns à Vereadora Elsa Escobar pelo seu desempenho e por ter conseguido em conjunto com o Agrupamento de Escolas terem colocado cerca de 600 crianças que estavam felizes. O frio é inerente à época tal como as gripes e aceita a sugestão que deixou para melhorar o conforto das crianças. Quando à data da Feira da Agricultura não é a primeira vez que digo que não tenho qualquer problema em voltar atrás com decisões que sejam menos corretas. Já aconteceu com a Feira de S. Pedro, se for preciso alterar a data da feira da Agricultura faremos o mesmo. -----

O Deputado Municipal Carlos Rodrigues fez referência ao Conselho Municipal da Juventude e, efetivamente este não funciona mas, estamos a trabalhar nesse sentido. Relativamente ao parecer obrigatório dos representantes da juventude sobre as práticas obviamente que para a Câmara é muito importante. A Vereadora Elsa Escobar está a tratar disto e brevemente iremos ter novidades. Agradeço o elogio sobre os Parques Infantis e partilhar que não era apenas isto que pretendíamos fazer pois queríamos muito mais, mas é o que é possível fazer e agradeço todas as sugestões que aqui são dadas quando vêm no sentido de termos uma atitude mais positiva e mais proactiva. -----

A intervenção da Deputada Municipal Inês Falcão que propôs a distinção honorífica do Município ao António Carneiro, Presidente da Associação dos Caretos de Podence, penso que sim que é merecida e que devemos ponderar isso. -----

Ao Deputado Municipal Alípio Marcos digo que quando assumo algo, assumo mesmo, e posso ter algumas dificuldades em executar mas, é para cumprir. A obra dos passeios pode não estar vertida no orçamento mas irá ser feito o estudo e irá ser contemplado. Relativamente aos postes houve várias reuniões com a DST - Telecom e o que aconteceu é que para as pessoas não ficarem sem fibra pediram mais algum tempo para manter a situação como está, mas vão resolvê-la, e a responsabilidade dos postes como acabei de referir não é da EDP". -----

**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra. -----**

**LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – Que disse: “ Gostei muito de ouvir o Sr. Presidente dizer que iria ter toda a atenção com o Entrudo Chocalheiro e com o Carnaval e queria também dizer-lhe que não tenha receio em investir tudo o que for necessário porque este Carnaval vai ter mesmo muita gente. Relativamente ao que nos disse da atividade do Entrudo Chocalheiro em Macedo dizer-lhe que concordo plenamente consigo quando diz que no ano passado foi melhor mas também não era difícil ser melhor em relação ao ano anterior que foi muito mau. E, o que eu lhe pedia era para visitar a atividade que houve há três anos atrás, que ficou na história como a atividade que mais gente concentrou em Macedo e desafiá-lo também a fazer melhor. Relativamente ainda ao Entrudo Chocalheiro pretendo deixar-lhe duas sugestões. Uma específica em relação à atividade era a disponibilização de transporte da Cidade para Podence e de Podence para a Cidade de forma contínua para que as pessoas pudessem circular sem ter de usar o transporte próprio, pois na minha opinião seria uma mais-

valia para o evento e para a Cidade. O Segundo desafio em relação ao Entrudo Chocalheiro era a criação de um concurso de escultura urbana ou de arte desafiando por exemplo as Universidades de Belas Artes, ou oficinas de escultura de onde resultassem alguns trabalhos que pudessem depois ser exposto no concelho. Quanto ao Natal dizer-lhe que este é de facto um evento e a Cidade Natal que existia em Macedo era um dos tais eventos que este Executivo deixou cair. Várias vezes falei disso aqui e pedi-lhe em nome das crianças, do concelho, dos macedenses e da atividade económica que pegasse nele e o acarinhasse e o chamasse a si para ele não voltar a falhar. Este ano tivemos o retomar de um Natal mágico e de facto houve uma magia comum ao Natal mágico deste ano que foi a magia de fazer desaparecer o Natal de Macedo. As nossas crianças continuam a ir a Bragança e continuam a ser presenteadas com bilhetes para a pista de gelo em Bragança, e as crianças continuam a pedir aos pais para irem aos concelhos vizinhos e Macedo fica sem crianças, sem pais e sem visitantes no nosso concelho. O Natal não é só aquelas atividades que poderiam ser desenvolvidas no Jardim Municipal, o Natal tem de ser pensado como uma âncora para desenvolver o concelho e atrair gente durante todo o mês de dezembro mas, mais uma vez, falhamos. E, não interessa estar aqui à procura de culpados, interessa mais é talvez começar a pensar já no Natal do próximo ano, prevendo as condições climatéricas acautelando as distrações e divertimentos ao ar livre no Jardim Municipal, como aconteceu no corrente ano e já podemos ver isso um pouco mais à frente com alguns dos valores que nós conhecemos, certamente seria possível fazer muito melhor. Sobre a atividade com as crianças que foi feita no Jardim dizer que crianças de tenra idade no mês de dezembro no jardim sentadas no chão, não. Basta ir ver o que se fazia nos anos anteriores e não usem as crianças para mostrar dinâmica na Cidade.” -----

**ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS)** – “Antes de mais e dada a prioridade para a informação à Assembleia Municipal sobre a Comissão de Saúde, não queria obviamente deixar de dar os parabéns e de me congratular por todas as pessoas que estiveram envolvidas na promoção do Entrudo Chocalheiro a Património Imaterial da Humanidade e também dar os parabéns ao Dr. Nuno Morais e à sua equipa pela eleição dentro da estrutura política do Partido Social Democrata. Ao Sr. Presidente da Câmara queria questionar sobre o projeto SidUp. Certamente que todos se lembram que é um projeto de desenvolvimento económico que se alicerça em três eixos fundamentais: Autarquia, Ensino Superior e Empreendedorismo. Conseguimos até à data um espaço que me parece que não vai constituir um encargo para a Autarquia mas, é antes um ativo importante da autarquia, uma Escola de Negócios, um Gabinete de Empreendedorismo, uma Residência Estudantil inserida no Plano Nacional para o Alojamento do Ensino Superior que, espero que até 2022 se possa construir, e depois falhamos e, é preciso assumir que falhamos, na seleção da incubadora, na ligação do projeto com a ACIM e com a Zona Industrial, na oferta do Ensino Superior e na contratação de técnicos qualificados para o desenvolvimento do projeto que esta é uma preocupação e simultaneamente uma pergunta e, como aliás se demonstrará mais à frente no orçamento, no





*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Mapa de Pessoal da Autarquia não aparece ninguém para o projeto SidUp. Neste sentido, duas questões: a primeira é o que se passa com o projeto SidUp? E a segunda é se vamos assumir, ou não, o falhanço da BLC3 na incubação? não na investigação, e eu até entendo que o Sr. Presidente tenha esse discurso cauteloso, mas tenho também de lhe fazer outra pergunta que é: temos tempo para esperar pela solução da BLC3? Acho que o desenvolvimento económico do concelho não tem tempo para esperar por essa solução.” -----

**CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** – “ Relativamente à questão das casas de banho dizer ao deputado Municipal João Alves que por cerca de €500 que é quanto custa aproximadamente o aluguer das casas de banho móveis, este ano de 2019 pura e simplesmente não foram contratadas e daí a minha chamada de atenção para esse pormenor. Quanto à questão da receção da chegada da comitiva, não sei se aconteceu a outros cidadãos do concelho, mas aconteceu-me a mim, que à hora marcada fui para a frente do Jardim e o que é certo, é que a essa hora não havia lá ninguém. Fui consultar as redes sociais nomeadamente o facebook para ver se lá havia alguma indicação de mudança de hora, ou de local dadas as condições climáticas, pensei até que tivesse mudado o local para o Centro Cultural e não vendo informação nenhuma fui para casa e já em casa há algum tempo ouvi os foguetes e deduzi que o evento estivesse atrasado. O atraso e o facto de não haver justificação em relação ao atraso pode ter levado a que a concentração de pessoas tivesse sido menor. Outra questão era saber o que aconteceu à placa que foi colocada junto à autoestrada a assinalar a atribuição do galardão, porque desapareceu? Dizer que gostei da expressão do Deputado Municipal João Alves quando disse que todos nos podemos vestir de Caretos e em relação a isto estranho que quando estávamos a assistir aos vários vídeos que passaram sobre a cerimónia não houvesse nenhum Careto na Cerimónia em Bogotá, para dar a conhecer ao mundo qual é a indumentária dos Caretos e aquilo que está na génese desta atribuição. Quanto à distinção honorífica propúnhamos que ela fosse atribuída e que estudem a possibilidade da sua atribuição no dia do Município pois seria uma boa ocasião para esse efeito. Fiquei satisfeito com as palavras do Sr. Presidente por entender das suas palavras que aceitará o desafio do Arquiteto Souto Moura, se ele se mantiver e se vier a confirmar e concordo plenamente com as palavras quando diz que será uma referência nacional e até internacional se vier a realizar-se essa obra por um arquiteto do reconhecimento do Arquiteto Souto Moura. Por último, relativamente à questão do terreno dizer que obviamente a solução terá de partir necessariamente por uma proposta da Câmara e nós PSD, que embora entendamos que as soluções consensuais são sempre as mais agradáveis para todos e a solução negocial foi a que me referi, por entender que é aquela que traz menos fraturas e se os proprietários assim o entendessem, como um desígnio tendo em conta que eles nem sequer dão utilidade aos terrenos, seria o mais sensato, mas se assim não for estamos aqui para o apoiar e, penso que unanimemente pela Declaração de Utilidade Pública e pela expropriação, para de uma vez por todas desencravar este problema.” -----

**HENRIQUE MANUEL CRUJO MENDES PALMA (PS)** – “Pretendo fazer um pequeno reparo ao Deputado Municipal David Martins porque na minha intervenção não me ouviu falar em datas de Feira e se estivesse atento às minhas intervenções na Assembleia já sabia qual era a minha opinião pessoal sobre a data. Dizer-lhe também que dos inquéritos que andamos a fazer concretamente na sua freguesia é capaz de vir a ter uma surpresa relativamente à sua opinião.” -----

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Que disse: “ Em relação à BLC3 e depois de ouvir a intervenção do Deputado Municipal Acácio Espírito Santo prometo ao Sr. Presidente da Câmara que não digo rigorosamente mais nada sobre este assunto porque o Sr. Deputado em 2 minutos conseguiu resumir todos os sentimentos que eu tinha em relação a esta matéria. Dizer-lhe no entanto Sr. Presidente e, volto a reiterar, pois acho que valoriza pouco os meios humanos que temos no nosso concelho, provavelmente pelo facto de, digo eu, de diretamente nunca ter criado empregos pois se os criasse saberia que procurando nós meios humanos aqui, eles existem sobretudo numa determinada área, na questão agrícola, na questão das engenharias também alguns, tendo estranhado um pouco quando esta incubadora veio o facto de a panaceia vir do exterior quando acho que temos jovens no concelho que têm muito valor para “incubar”, ou seja dar ninho e calor e nesta perspetiva aconselhava-o também a dar “ninho e calor” aos nosso jovens e isso passaria por coisas tão simples, como aliás um Deputado que já veio a este palanque e lhe pediu “por favor eu tenho uma exploração agropecuária, onde produz queijo, considere a hipótese de me diminuir a conta da água” e isso não se fez e isto é um exemplo do dar “ninho e calor” às pessoas. Por exemplo os produtores de animais, muitos deles têm de dar água canalizada porque não têm furo e portanto devia pensar em diminuir esse encargo. Outra questão é ajudá-los a andar para a frente com coisas simples como por exemplo pagar parte da TSU. Nós olhamos para o orçamento que vamos discutir ainda hoje e vemos zero, não há nenhum apoio à criação de emprego e acho que o Sr. Presidente tem de interiorizar mais, indo um pouco de encontro ao discurso que tem de apoio na agricultura e noutras coisas mas que depois não materializada, não existem medidas práticas e não se sente no dia-a-dia de quem cria emprego e de quem procura emprego e de quem quer avançar. Em relação à questão das minas dizer que quando vi a ordem de trabalhos para esta Assembleia Municipal e vi agendado o Documentário vou só reiterar o seguinte: Sr. Presidente, para além da questão ambiental que eu venho aqui, defendo reiteradamente queria-lhe dizer o seguinte – como o senhor sabe as minas são uma fonte enorme de metais pesados nocivos para a saúde. A Universidade de Évora, e, não estou a falar por conta própria, tem analisado variadíssimas explorações mineiras procurando a interação de metais pesados com o ambiente. A água é o principal veículo da disseminação dos poluentes, a análise química das amostras obtidas neste ambiente deixa frequentemente investigadores de sobrolho carregado de tal forma são elevadas as concentrações de chumbo, arsénio, mercúrio ou cobre. Estes elementos têm implicações na saúde humana pois a exposição prolongada pode provocar alterações metabólicas que se revelam em doenças





*Handwritten signature and initials*

crónicas, neuropatias, síndromes hepáticas, insuficiências pulmonares ou cardiovasculares ou mesmo cancro. A questão da agricultura Sr. Presidente, as plantas podem tornar-se acumuladores destes metais consumidas por animais e por seres humanos acabam por provocar a ingestão de dose anormalmente elevada destes metais. Os investigadores relacionam a exposição a níveis elevados de metais pesados, como chumbo ou manganês a alterações imunológicas graves com maior suscetibilidade a doenças inflamatórias ou cancro. Portanto Sr. Presidente, para além da questão o Senhor vai apresentar aqui um filme para mitigar esta luta que temos nós contra a autorização de prospeção e, vamos continuar a ter esta luta, não só por questões ambientais como saúde das populações. Não se esqueça que antigamente eram necessários grandes recursos humanos, agora com escavadora e maquinaria muito pesada é necessário pouca gente para se trabalhar e aliás o senhor sabe disso. A questão da saúde. O Senhor será sempre, por isso foi eleito, o garante da boa vida das populações neste concelho e portanto em relação à questão das condições do Hospital o senhor para além de as manter terá sempre que garantir-nos que elas são sempre de topo e que elas estarão sempre na linha da frente na defesa da saúde dos nossos concidadãos.” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que disse: “ Sr. Presidente, se estivesse a fazer a reunião que falou no mesmo local onde estavam as crianças, sentado na alcatifa, acredite que também não escapava à gripe. O caso não é só de mim e da minha filha, estamos a falar de muita gente, de meninos da pré ou seja meninos com 3, 4 e 5 anos e outros com 6, 7, 8 e 9. Havia muita gente, foi muito bonito, eu gostei muito, mas não havia condições para ser ali. Iniciavam o desfile na Câmara e acabavam no Centro Cultural ou nas Naves. Agora, um desfile dos meninos todos de lancheirinha na mão, porque não lhe deram um queque, nem um leite quente e todos sentados no chão, é gripe. Sr. Deputado Henrique Palma eu estava atento quando falou das Feiras e se o Sr. Deputado estivesse atento via o número de utilizadores que vão à Feira da Agricultura da minha freguesia, ou seja, a quem é que fez inquéritos? A uma pessoa que foi jogar ao fito? Essa pessoa era a favor do mês de setembro, acredito que sim, pois sempre dá mais para o fino ou para o copo do vinho, agora em maio se calhar não. E se os mesmos inquéritos que estão a falar são os que fizeram da Feira, parabéns ao Sr. Henrique Palma, ouvem-se os feirantes mas não se ouve quem vai à Feira comprar nem se ouvem os comerciantes. Então pergunto que inquéritos são esses? Para se fazerem inquéritos tem de ser a todas as partes abrangidas. Por último, o Sr. Presidente quando foi do Geoparque disse “ a culpa foi minha e isto não vai voltar a acontecer” e hoje pensei que ia dizer o mesmo porque enquanto Presidente da Entidade máxima a culpa indiretamente é sempre sua e o seu técnico pode ser humilde, afável, pode ser a melhor pessoa do mundo só que falta à verdade quando fala consigo porque a mim não me contactou e um grande exemplo disso é o Presidente da Junta de Vale de Prados, Alípio Marcos, pois o Geoparque já passou na freguesia dele e não lhe deram conhecimento de nada. Os Caretos, quando se trabalha em sinergia não se fazem inaugurações e deixa-se de parte a peça principal dos Caretos, que é a Associação e o António Carneiro. Quando inauguraram o Monumento dos Caretos, ele estava lá presente a assistir

como qualquer um outro. O principal, o denominador comum estava lá a ver inaugurar o Monumento, isto não é sinergia. E, a BLC3 com tão pouco tempo de existência é caso mesmo para dizer, é um “case study” e, agora é que eu já percebi porque se utilizou esta palavra há 6 ou 7 meses atrás. É incrível como se abre uma coisa há tão pouco tempo e já temos uma ação em Tribunal contra a Câmara, isto é mesmo um “case study”. Mas ainda há mais. A bandeira do Sr. Presidente era a agricultura e basta olharmos para o orçamento de 2020 que vai ser hoje aqui discutido e o apoio do cancro do castanheiro caiu de €10.000 para €5.000, num ano ficou curado e já podemos reduzir as verbas. A minha freguesia nesse aspeto se calhar fez um inquérito e disse – agora também já não há cancro do castanheiro.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente disse: “quanto à intervenção do Deputado Luís Gonçalves e se na sua opinião o Carnaval há três anos foi melhor eu acredito porque realmente o anterior Executivo fazia tudo melhor. Nós fazemos aquilo que é feito com moderação, com cuidado e com cautela portanto, não gastamos mais do que aquilo que não devemos e, eu costumo dizer a todos os meus colaboradores e aos cidadãos macedenses que eu giro o Município como giro a minha casa e se eu fosse gerir a minha casa para ficar com dívidas que eu não conseguia pagar era muito mau para mim, e para a minha filha. Portanto se eu não tivesse que pagar dívidas eu podia fazer um festival enorme. Se eu não tivesse de pagar os 700 mil euros, com este montante eu fazia Carnaval, o Campeonato de Voleibol de Praia e outras coisas mais e não andava a mandar fazer estradas que eu agora tenho de pagar e foi há 3 meses que essas estradas foram pagas e moralmente quem fez a estrada foi este Executivo porque foi ele que a pagou. Quanto à sugestão sobre os “shuttles” foi aquilo que eu quis dizer, nós iríamos este ano, tentar criar meios de transporte para agilizar o estacionamento e para permitir que toda a gente fosse até Podence. Fez na sua intervenção excelentes sugestões sobre arte urbana, e concursos de escultura sobre os Caretos. Em Podence tem estado a ser feito um excelente trabalho, neste momento é uma aldeia grafiti muito bonita pois passo por todo o lado e vejo grafitis com caretos mas os de Podence são os mais bonitos e isto enche-nos de orgulho. Nós vamos continuar, a sugestão é ótima e podemos pensar nisso como arte urbana. Relativamente à queda da Cidade Natal mais uma vez este Executivo faz pior que os executivos anteriores mas posso dizer que tenho orgulho no Natal Mágico que foi feito este ano e relativamente a verbas posso dizer que são verbas muito mais pequenas que a que outros Municípios investiram e houve aqui a preocupação de investir em Workshops, em oficinas de trabalho para as crianças porque isto é importante, é dar-lhes conhecimento, diversão e, ao mesmo tempo crescimento. Portanto tenho de parabenizar a Vereadora Elsa Escobar pois neste sentido fez um trabalho de mérito. E, neste momento com a restrição orçamental que eu impus quero rigor mas também quero que as crianças sejam felizes e queremos o melhor. As atividades no Jardim já percebi que não era isso que se queria mas,



Eij  
Cetm

entendam, isto foi feito em consonância com os professores e foram eles que nos sugeriram que fosse assim e isto não foi feito como uma ação de campanha, contrariamente ao que aqui quiseram insinuar, não o faremos e jamais usaríamos as crianças para esse tipo de montra. ----  
Relativamente à intervenção preocupante do Deputado Acácio Espírito Santo sobre o projeto SidUp. Eu entendo esta forma em que se revê muita gente nestas preocupações. O projeto SidUp era um projeto, e eu continuo a dizer que é um projeto fantástico e como o nome o diz é um Projeto Integrado de Desenvolvimento económico porque nós precisávamos de dar um abanão neste campo no nosso território. Este tinha todas as condições e, como disse o Deputado Acácio, primeiro: foi um investimento que foi de sacrifício mas bem negociado para termos um ativo válido no nosso património. Este foi um bom investimento. Um terreno e aquelas infraestruturas no centro da Cidade vale sempre a pena e neste momento o SidUp como disse o Sr. Deputado, e muito bem, aloja um Gabinete de Empreendedorismo e Desenvolvimento Rural, é já uma mais-valia, tem uma escola de Negócios que é a única em Trás-os-Montes, só por isso já é outra mais-valia. Dizem que não está a funcionar na sua plenitude, pois não estará, mas a última pós-graduação de gestão de Unidades de Saúde só esgotou o número de Candidatos como ainda poderíamos fazer um segundo curso, portanto isto não é sucesso? Já estão pensadas novas pós-graduações com formatos inovadores, com frequência inclusive fora de Portugal de algumas aulas e visitas e pergunto: isto significa que não estamos a tentar inovar? Quanto à incubadora o Deputado Acácio é dos mais sépticos e eu respeito isso mas para já, eu vou acreditar, mas que fique bem claro a BLC3 não era na essência uma incubadora. -----

Sobre a intervenção do Deputado Municipal Carlos Carneiro o aluguer das casas de banho é uma solução não havendo outra mas neste momento está o projeto e a obra em janeiro irá começar e vão estar disponíveis para o Carnaval. Sobre a receção dos Caretos em Macedo e a alteração da hora da chegada foi uma situação imprevista e em cima da hora. Quanto à placa, foi retirada porque a designação não estava correta e irá ser substituída. O facto de não ter havido um Careto no local foi uma questão de logística mas levamos outro tipo de lembranças que foram lá distribuídas e foi passado o filme dos Caretos. A aquisição dos terrenos estamos com o mesmo discurso e fico satisfeito por isso. -----

O Deputado Municipal, Nuno Morais questionou se eu sabia o que era criar empregos e eu respondo-lhe que sei e tenho provas disso. Relativamente à parte agrícola é óbvio que a Câmara apoia e tentamos que as empresas consigam recrutar esses quadros e eu estou sempre disponível para ajudar mas, certamente que concorda comigo, estarmos a ajudar a pagar a conta da água a um jovem empresário teremos que dar essas condições a todos os outros criadores de gado do território e aos indivíduos que têm plantações no território. No que diz respeito à questão ambiental falou aqui em termos académicos digo-lhe que eu entendo tudo isso pois mais ecologista do que eu não deve haver. Aceito os estudos e tivemos o cuidado de ter o parecer do Conselho Científico do Geoparque mas não posso julgar a prospeção que ainda nem sequer foi feita. Mas o Primeiro-ministro disse e garantiu que só depois de ver o impacto ambiental que isto tem é que poderá ser tomada uma decisão e a

decisão pode ser “não” e por isso não vamos precipitar-nos. Quanto à questão da Saúde a luta é para manter. Para já, acredito nos técnicos e vou estar atento porque estou preocupado. -----  
Sobre a intervenção do Deputado Municipal David Martins eu já disse que aquela decisão não foi de propaganda e que jamais utilizaríamos as crianças para esse efeito. Quanto aos inquéritos eles não foram feitos na Feira da Agricultura, eles foram feitos nas Freguesias. Isto foi o que me foi comunicado. A agricultura, o nosso trabalho tem sido feito com o IPB e se houve diminuição no dinheiro a investir no combate biológico ao cancro do castanheiro, isto passa-nos um pouco ao lado pois foi feito com base no protocolo que a Câmara tem com o IPB.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**PONTO 2.1 – MINAS DE MURÇÓS “AS ESTÓRIAS DAS SUAS GENTES” – DOCUMENTÁRIO ELABORADO PELO GEOPARQUE EM 2016: CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**O Presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam passar de imediato à projeção do Documentário elaborado pelo Geoparque em 2016 referente às Minas de Murçós “As estórias das suas gentes”. -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usou da palavra.**-----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que disse: “ Este filme é um trabalho que está feito desde 2015/2016 e é mais um exemplo do trabalho que deixou o anterior Executivo e do valor que dava às minas de Murçós na parte do Geoparque. Não privilegiava nenhuma zona específica do Geoparque mas sim todo o concelho, porque todo o concelho faz parte do Geoparque. O meu muito obrigado a quem realizou este Documentário e ao anterior Executivo que permitiu que mostrasse as minas no seu melhor.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder e disse “ Obviamente que teve toda a oportunidade este filme como aqui foi dito pelo David Martins e muito bem, e até me poupou as palavras pois teria de intervir e dizer que este filme foi de facto feito, e muito bem, pelo anterior Executivo e é um testemunho e um “tesourinho” que fica. Isto é também para lhe provar que aquilo que foi bem feito no passado aqui o trouxemos e é mais uma aula didática para todos nós.” -----

**PONTO 2.2 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E DO N.º 4 DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----



Pelo excelentíssimo senhor **Presidente da Câmara Municipal**, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

**LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – “ Como o Sr. Presidente disse e muito bem, este filme que acabamos de visualizar, que é uma parte da história do nosso concelho da qual nos devemos orgulhar, é um bom exemplo de que todos os Executivos têm oportunidade de fazer coisas boas e, todos os Executivos terão a infelicidade, de às vezes fazer coisas menos boas. Pelo menos da minha parte quando aqui venho fazer algum reparo, não o faço com qualquer agrado, antes pelo contrário, o Sr. Presidente conhece-me e sabe bem disso. Melhor seria virmos só aqui dar-lhe os parabéns porque era sinal que tudo corria bem no nosso concelho. Acredito que possa ter posto em questão em determinados momentos aquilo que lhe temos vindo a transmitir e, em particular no que respeita ao Natal mas, tem uma forma de verificar a veracidade daquilo que lhe dizemos, basta auscultar as pessoas e elas certamente lhe dirão com mais propriedade aquilo que sentem em relação ao Natal do corrente ano. Ficamos também a saber que a única iniciativa que juntou gente e teve alguma dimensão no Natal foi da responsabilidade, iniciativa e pensada pelos professores e pelo Município, pelo que o Sr. Presidente nos disse. -----

Relativamente à informação escrita queria colocar-lhe aqui algumas questões e sobre uma reunião que teve em 02.10.2019 sobre a apresentação de serviços de consultoria para incubadora de negócios, penso que já nos respondeu e estará já certamente a preparar a substituição da existente. Relativamente a uma reunião de 04.10.2019, Projeto de Empreendedorismo para o Azibo gostava que nos dissesse mais em concreto do que se trata. Assinatura do Contrato de Empreitada da Obra Pública denominada “redução do consumo de energia na iluminação pública” de 25.11.2019 queria questionar-lhe se é para toda a iluminação existente, se contempla ou não a iluminação que já foi substituída há uns meses atrás, porque na minha opinião penso que algumas das substituições feitas em algumas ruas não foram felizes, pois muitas delas careciam de mais potência. A 21.11.2019 teve uma reunião que tem pelo nome “Esclarecimentos sobre o Programa Escola Segura”, esta foi uma questão que lhe coloquei na Assembleia anterior e se nos pudesse em concreto dizer do que se tratou, agradecia. Temos a informação de que neste momento a Escola Segura existe mas ainda de forma intermitente e se em concreto nos pudesse dizer se já há alguma evolução a respeito deste tema seria bom. -----

Na questão da aquisição de bens e serviços há alguns temas devidamente mencionados, alguns percebe-se claramente a que se referem, outros se fosse possível agradecia que nos esclarecesse com mais propriedade. Há um primeiro ponto de aquisição de serviços de assessoria e percebe-se claramente o que está em causa, que é uma empresa da Maia, o valor do ajuste direto são de €28.750,00 com IVA passará para €35.362,00 e a minha questão



é se foi feito o trabalho de pesquisa no concelho ou nas proximidades deste tipo de empresas que pudessem prestar este serviço. Num segundo ponto temos a aquisição de serviços de comunicação, que me parece claramente vago, à empresa Carla Mendonça – Comunicação e Assessoria de Imprensa, Unipessoal, Ld.ª, temos um valor de €40.000,00 + IVA, que perfaz um total de €49.200,00. Penso que está a fazer 1 ano vinha a mesma empresa contemplada com um ajuste direto de €25.000,00. Assim, €25.000,00 + €49.200,00 dá €75.000,00 e se continuarmos com este nível de progressão terminaremos o mandato com um valor superior a €200.000,00 para esta entidade. Agradecia, se nos pudesse esclarecer em concreto qual o serviço que esta presta ao Município e já agora referir que é uma Empresa do Porto e, reiterava, não haverá no concelho quem possa prestar este serviço? No que diz respeito ao Natal – a aquisição de serviços de decoração natalícia para o Jardim 1.º de Maio, procedimento 56/2019, ajuste direto – Empresa Isufim – Covilhã - €14.000,00 + IVA, passa para €17.220,00, perguntar se isto se refere exclusivamente ao que está no Jardim ou se também tem a ver com a iluminação da Cidade. Depois porque temos um ponto a seguir que é a aquisição de serviços de Iluminação Decorativa de Natal, penso que só deve ser relativo à iluminação e estamos a falar de €13.825,00, com IVA €17.004,00, uma Empresa de Aveiro. Haveria, ou não, no concelho quem pudesse prestar este serviço e, se calhar, com mais qualidade do que a com que foi prestado? Continuamos no Natal – aquisição de serviços de Animação Natalícia 2019, procedimento 58/2019, a mesma Empresa Isufim, é da Covilhã €12.240,00 com IVA €15.055,00. E a minha pergunta repete-se. Haveria ou não no concelho quem pudesse prestar este serviço e, se calhar, com melhor qualidade? Portanto no que respeita ao natal vamos em ajustes diretos com €49.279,00, quase €50.000,00 e, eu volto à minha questão anterior, com quase €50.000,00, fora o que aqui não está, seria ou não possível fazer melhor? Aquisição de serviços relativos à Revisão do Plano Diretor Municipal €56.400,00, uma Empresa do Porto, com IVA passa para €69.372,00, haveria ou não no nosso concelho quem pudesse fazer este serviço? Em termos de ajustes diretos segundo nos reflete este documento estamos a falar de cerca de dois meses e meio, de 15 de setembro a 30 de novembro temos €203.000,00, se fizermos uma projeção para o ano de ajuste diretos iremos passar seguramente 1 milhão de euros.” -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que disse: “ A minha primeira questão tem a ver com uma obra da qual passei aqui muitos anos a falar que é a da estrada de Vilarinho e quero agradecer ao Presidente da Câmara porque já está feita, é assim que se faz política, porque quando se diz às pessoas que se faz, faz-se e isto é que é de enaltecer. Eu passei quase 12 anos em que todos os anos eu pedia esta obra. Queria também perguntar qual é a posição do Município sobre a eleição do Presidente para a CCDD-N, ou seja se é de acordo que haja eleição, ou não. Queria também lançar aqui um repto, sobre os Caretos e queria dar os parabéns a todos os macedenses e dizer ao Sr. Presidente da Câmara que se fosse possível haver um estudo de uma Empresa de Marketing, se a imagem de Macedo a partir de agora não



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

devia ser a dos Caretos na globalidade para todo o concelho e não só para Podence. Queria também felicitar o Dr. Nuno Morais e toda a sua equipa pela sua eleição.” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Eu tenho duas dúvidas. Como sabe o Município quer municipalizar as águas estando a negociar com as freguesias a entrega das infraestruturas. A 30 de outubro teve uma reunião com a Empresa Resíduos do Nordeste de modo a encontrar soluções para a problemática da água, quer isto dizer que está interessado na água das freguesias que não estão municipalizadas mas quer entregar a água do concelho a uma empresa que até ao momento está a fazer um péssimo trabalho na missão para a qual foi contratada, que era recolher o lixo, esta é a minha primeira dúvida. A segunda: dia 12 de novembro conforme a informação escrita aparece, Plano de Intervenções a realizar nas Freguesias. O Sr. Presidente tem essa dúvida porque estava na altura na Colômbia e se calhar um ponto destes sem o Sr. Presidentes estar cá demonstra logo o interesse pelas freguesias da parte do Sr. Presidente. Mas é estranho como nenhuma freguesia foi chamada para estar nesta reunião para nos podermos representar e defender. Ora no âmbito das sinergias entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia tão apregoadas pelo seu Executivo eu venho propor uma sugestão em relação à informação escrita do Sr. Presidente. A informação é extensa, repetitiva e em alguns aspetos pouco precisa, visto não estar bem discriminado, como por exemplo quem é que representa o Município numa tal reunião. Recordo-me em anos anteriores quando o PS estava na oposição que havia um Deputado que permanentemente vinha dar opiniões e ideias sobre o que seria uma boa informação escrita, ideias com as quais me identifico e que agora, como estão no poder, podiam por em prática. Por isso, a minha sugestão é a seguinte, como esse Deputado agora trabalha na Câmara Municipal poderia ser ele a elaborar a informação escrita e dessa forma teríamos um documento bem elaborado, preciso e não iria aumentar os custos para o Município, já que ele recebe um ordenado do Município.” -----

**ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Começo por me congratular pela nova imagem, pela disponibilidade destes meios que valorizam e dignificam o Órgão a que pertencemos. Tenho a certeza que este será um, o primeiro de outras iniciativas que brevemente tomará, para que as Assembleias, esta e outras sejam vistas como órgãos importantes do Poder Local. -----  
Sr. Presidente da Câmara acredite que o ouvi com muita atenção durante estas horas desta reunião e registo a alteração precisamente do registo, e eu faço propósito a redundância é que passaram dois anos e meio e realmente aquele momento de guerrilha institucional, até diria, colheu alguns frutos no início, fizeram aquilo que achavam que deviam ter feito mas não contribuía nada para aquilo que hoje o Sr. Presidente aqui apelou, que era estarem os macedenses unidos nas causas que a todos devem unir. Mas para isso, não pode ser hoje ter uma atitude e, amanhã ter uma atitude diferente. Eu estava ali a observá-lo e estava a dizer o seguinte: o tal registo, é que o Sr. falou mais de 40 minutos e numa vez alterou o registo e ia



estragando outra vez tudo porque estava a correr tudo bem e já estava quase a criticar alguém que lhe veio dizer uma coisa que nem era até muito acutilante e já estava a ver que se voltava a estragar. Acho Sr. Presidente que o registo que deve manter para que os macedenses, como lhe disse e aí acompanho a 100% e aproveito para dizer que eu não estive lá mesmo à chuva porque não estava em Macedo por questões familiares mas, aí acompanho que realmente o feito que foi reconhecido na Colômbia necessitava, diria mesmo, exigia que o local onde fosse o acolhimento da Comitiva merecia que as pessoas materializassem ali aquilo que dizem depois no dia-a-dia e no boca a boca, somos todos Caretos. E já que falou em Caretos, já se falou aqui tanto hoje em nomes e em propostas que já não vou entrar nesse caminho mas quero perguntar-lhe uma coisa porque vou já à questão da informação escrita, e até lhe vou fazer um elogio. Na questão dos Caretos só fiquei um pouco surpreendido em ver a embaixada que nos representou no Palácio de Belém e que foi com mérito e é de reconhecer o facto de o Sr. Presidente da República ter tomado essa iniciativa mas, sinceramente não gostei de não ver a responsável por esta área cultural, não estar representada nessa mesma Comitiva, portanto gostaria que me desse uma explicação sobre isso. -----

Quanto à informação escrita ainda tem que valorizar mais o documento. Entendo que esta disposição legal, nem é uma coisa, nem é um favor quer o senhor nos faz, nem é uma exigência da nossa parte. É uma coisa que a Lei diz que o Presidente da Câmara, seja ele qual for, vem à Assembleia dizer o que fez bem como o restante Executivo desde a última Assembleia até agora, para o Órgão poder avaliar. Agora não se pode vir só dar opiniões, colhê-las, obviamente aquelas que interessam. O Sr. Presidente tinha um projeto e os macedenses escolheram e o senhor tem toda a legitimidade do mundo para executar aquilo que eram as suas ideias, o que não quer dizer, e ainda bem, que não está imune aqui quando há propostas interessantes da oposição, porque a oposição não é "botar abaixo", a oposição é uma alternativa de poder que se pode construir e os macedenses é que de tempos a tempos vão escolhendo as equipas que querem para a condução dos seus destinos e é por isso que se diz às vezes, que um poder forte tem de ter também uma oposição forte e responsável e é isso que nós procuramos ser. -----

Sobre a informação, genericamente está bem e em algumas coisas até acho que tem informação demais mas por exemplo aquilo que devia ser esclarecido é a parte que não consta, que é o que faz o Senhor Presidente e os 3 Vereadores. Esta Assembleia tem de saber o que faz o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores. Até porque do ponto de vista da motivação e do respeito dos Vereadores que trabalham com o Sr. Presidente é importante que a pessoa que é Vereador da Cultura e os outros que têm os outros Pelouros que saibamos nós o que cada um faz, para termos uma ideia do seu trabalho e por isso pergunto, porque razão não está isso materializado na informação? Devíamos começar a entrar na normalidade, e esta reunião de aprovação de um documento tão importante para os destinos do concelho não devia ser discutida e aprovada no dia 29 de dezembro. Há muitos Municípios no País que em novembro ou nos primeiros dias de dezembro aprovam este documento. Portanto não é com crítica é com o sentido de o senhor valorizar e dizer-lhe que o documento (informação) na



Cij  
AA  
cel

generalidade está bem, as fotografias até eram dispensáveis por uma questão de economia de tempo e de papel porque muitas delas acontecem aqui neste mesmo espaço, há agendas culturais, já foram divulgadas, etc. As outras que é a vida do nosso concelho e mencionam uma reunião e ficamos sem saber o que discutiram na reunião, quem foi à mesma, o que lá discutiram e onde a mesma aconteceu. E, não há um equilíbrio na conceção da redação da informação escrita que tenho a certeza que é feita por 4 ou 5 pessoas e depois colam as coisas e não há o tal coordenador que há pouco mencionei, para dar a ideia que este é um documento do Município, do Presidente da Câmara que o assina e que o vem aqui defender. Por fim deixava-lhe 3 perguntas: - há uma parte na informação que diz – “prejuízos resultantes de avarias nas obras da Rua Pereira Charula”, gostava que o Sr. Presidente nos dissesse do que se trata. Outra pergunta e porque já está mais que tratado, Podence, e esperemos que fevereiro que aí vem seja a continuação de uma meta importante para o desenvolvimento do concelho e que se introduza essa imagem fortíssima de atração das pessoas para o nosso território. Falou-se aqui hoje de juventude e eu tinha aqui um nome – Patrícia Cordeiro – que está cá, que é uma macedense, Técnica Superior que apresentou um trabalho que todos reconhecem que foi uma Candidatura brilhante sem um reparo e portanto isso prestigia-nos e esta que é ainda uma jovem e que escolheu por opção ficar neste território devem acarinhá-la, não andem a descobrir pessoas quando as têm cá no terreno porque esta também fez história e merece um reconhecimento. Outra questão era a do terreno em Podence que já foi aqui falada com a hipótese da expropriação por utilidade pública e poderá contar obviamente com o apoio do PSD. A última era uma questão que diz “em 14 de outubro – Documento conjunto do Governo de Portugal e Espanha sobre a ligação do IP2” vi o título e fiquei com uma ideia mas gostava de saber com quem reuniu e que informação de relevante nos pode transmitir hoje, nomeadamente qual é a posição da CIM que é maioritariamente do mesmo partido e não conseguem chegar a um consenso? Terminando dando-lhe os parabéns por contar na informação a preparação da Feira de S. Pedro 2020, pois isto é um bom prenúncio de que as coisas se fazem com tempo, pensada e eu auguro o maior êxito para este evento uma vez que já está a ser tratado com esta antecedência.” -----

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Disse: “ Na atividade da Câmara é referida a apresentação do Plano de Ação para a ULS do Nordeste. Já aqui foi discutida a questão da saúde e apresentada informação por parte do novo Coordenador da Comissão de Saúde e portanto eu, de há dois anos para cá não tenho feito qualquer comentário na área da saúde, reservei-me a uma espécie de período de nojo uma vez que exerci durante 10 anos essa função e portanto de qualquer das forma pretendo só chamar a atenção para, apesar de quando saí do cargo, há cerca de dois anos, saí relativamente descansado depois de um último encontro com o Dr. Carlos Vaz em que ele percebia bem o que nós macedenses achávamos como absolutamente necessário para o nosso hospital, e ele também se revia na nossa visão, mas de qualquer modo sempre houve um problema crónico que teve que ver com os médicos internistas e com as camas mas felizmente penso que a situação pelo menos não

se agravou e acho que nunca mais se repetiu situações de constantemente nos estarem a tentar retirar serviços e penso que esta fase está ultrapassada e essa mentalidade que se suportava apenas nos rácios da nossa urgência, na utilização dos serviços, etc, acho que essa mentalidade está ultrapassada e felizmente novos tempos chegaram. No entanto chamar aqui à atenção para o seguinte: já em 2020 vai haver uma série de médicos de clínica geral e de saúde familiar que se vão reformar e penso que entre 2020 e 2021 vamos ficar aqui com um problema a esse nível, ou seja dos cuidados primários. É referido também que durante o mês de novembro se iniciou o ano letivo para uma pós-graduação de gestão de Unidades de Saúde e fiquei satisfeito por ouvir do Sr. Presidente que essa Pós-graduação estava cheia e que ficaram até elementos de fora. E, naturalmente isso remete-me para conversas que tínhamos precisamente, porque nós tínhamos de reunir com alguma frequência nos tempos em que tínhamos a “casa a arder” e tínhamos algumas conversas paralelas e, recordo que o Deputado Acácio precisamente já na altura, eramos os dois docentes no IPB em Mirandela sobre a necessidade de começar a criar cursos do IPB em Macedo de Cavaleiros e, na altura já apontávamos para cursos na área da saúde e penso que a realidade o demonstrará que será certamente a melhor aposta. E, nessa perspetiva, e já que neste orçamento já começamos a pagar o que foi a contratualização da aquisição do edifício do Instituto Jean Piaget para efeitos do nosso Pólo Universitário e como já aqui foi falado no passado, o curso de Fisioterapia que é um curso que não há oferta sequer na nossa região, seria uma excelente aposta quando temos um hospital com instalações de referência nessa área que nos podia dar suporte, eu perguntava quais são as démarches que estão a ser feitas por parte do Sr. Presidente no sentido de garantir que o próximo ano não será um fiasco em termos de Ensino Superior mas sim que será um ano de aposta séria e com casa cheia no que diz respeito a cursos nesta área.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, que referiu: “relativamente à primeira intervenção foi feito um reparo em tons irónicos mas poderei dizer que me sinto muito feliz e grande por ter capacidade para ouvir os professores e isto significa que sou capaz de ouvir todas as boas sugestões que tenham para me fazer. Sobre as questões que me colocou relativamente à informação escrita, nomeadamente a questão de uma reunião sobre o Azibo foi um empresário que nos procurou que gostaria de fazer investimento na área do Azibo para um Parque de Campismo. Sobre a iluminação o propósito do processo é fazer a substituição total. Quanto à Escola Segura tivemos uma reunião com o Comandante do Posto Territorial da GNR e obtivemos a resposta positiva e ponderada dizendo que podíamos estar tranquilos que ia ser acautelada e iriam fazer o serviço conforme estava acordado. Relativamente à assessoria dos serviços de comunicação verifica-se de facto um aumento de custos porque a empresa de comunicação contratou um elemento que é de Macedo e que por sua vez fez aumentar estes custos. Sobre a empresa da iluminação pela informação que tenho a empresa do concelho já tinha feito serviços nos 2 anos anteriores, as regras de contratação pública não nos permitiam voltar a fazer o contrato com



EJ  
celm

essa empresa, sendo este o motivo porque se contratou uma empresa de fora. Quanto à ZIFUN em Macedo não existe nenhuma empresa que forneça este tipo de serviços. A empresa local tem equipamentos mas não tinha meios humanos para desenvolver os Workshops, nem o programa pacote era igual ao da outra empresa. O PDM não temos no concelho quem fizesse o serviço com aquelas especificações. Mas quando fala na adjudicação direta em cerca de 203 mil euros eu tenho de bater no mesmo. Criticam porque fazemos adjudicações neste valor e até explicamos porquê e nós tivemos de pagar 700 mil euros de contratos verbais feitos no passado que não tinham sequer procedimentos. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal Manuel Mico dizer-lhe que agradeço o elogio que aqui fez porque é sempre bom ouvi-los quando a gente cumpre com as promessas e acredite que esta foi das coisas que me deu mais gozo, poder executar essa obra como outras obras irão ser executadas no próximo ano. E, eu só espero poder dar resposta a todos os anseios das aldeias do concelho. Relativamente à posição do Município na próxima eleição do novo Presidente da CCDR, posso dizer que não me desagrada o Presidente que lá está porque defende os interesses da Região Norte. Sobre a nossa posição dizer que sou sempre apologista do processo democrático. Se for por eleição eu voto a favor dessa eleição. Quanto à imagem institucional do Careto e vamos aqui às coisas positivas e, mais uma vez falar sobre o anterior Executivo. O anterior Executivo mandou fazer Pins com o Município e com o Careto associado ao Município, portanto esta imagem institucional do Careto já existia. Obviamente que ouvimos e bem aquilo que aqui nos disseram e iremos promover a imagem forte do Careto. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal David Martins dizer-lhe que a municipalização das águas não é a Câmara que quer, obrigam-nos a fazer isso, é uma imposição governamental. A ERSAR obriga a municipalizar as águas por todas as razões e especialmente por uma questão de saúde pública. O Vereador Rui Vilarinho tem tentado junto de todos os Presidentes de Junta negociar de uma forma democrática e entendível para que se consiga municipalizar as águas. -----

Sobre a intervenção do Deputado Municipal António Afonso dizer que gostei da sua intervenção. Dizer-lhe também que efetivamente alterei o meu registo porque também tenho sentimentos e emoções e no global sou mais ou menos ponderado. Quanto à não ida da Vereadora da Cultura ao Palácio de Belém foi apenas por uma questão de organização. Sobre a informação escrita e a vossa posição aqui enquanto bancada da oposição posso dizer que era para fazer um elogio antes mas como não o fiz faço-o agora e dizer-vos que apreciei muito as vossas intervenções nas últimas Assembleias que de facto têm sido altamente construtivas e estamos em sintonia pois até nas questões mais polémicas nós conseguimos chegar a entendimento e efetivamente para uma governação ser forte temos de contar com uma oposição forte. Quanto às fotos contantes da informação foi por um pedido meu porque entendo que assim a leitura se torna menos fastidiosa. A posição dos Srs. Vereadores dizer que estes têm também várias reuniões de diversas áreas, em que cada um deles marca presença em função do Pelouro. Os prejuízos da Rua Pereira Charula tem a ver com um

incidente que ocorreu durante as obras com o Empresário que rompeu algumas linhas elétricas causando prejuízos em vários estabelecimentos, dando origem ao acionamento de seguros tendo esta questão ficado resolvida. Quanto à Patrícia Cordeiro posso dizer-vos que eu mais do que ninguém sempre apostei nela. Relativamente à reunião na Gôdina foi uma reunião pedida ao Governo Regional que envolveu o Município de Vinhais, a CIM e nesta nós tivemos alguma posição de destaque porque defendemos a nossa posição, no sentido de que não se defendesse apenas a ligação Bragança/Puebla da Sanábria. Sobre a preparação da feira de S. Pedro é óbvio que a Câmara está empenhada em que esta Feira seja cada vez mais forte é um papel importante da Associação Comercial e dos Comerciantes e da parte do Município embora tenha havido alguma contingência na parte financeira estamos disponíveis para que esta Feira seja um sucesso. -----

Quanto ao Deputado Municipal José Madalena em primeiro lugar agradeço o desempenho que teve durante os 10 anos em que foi Coordenador da Comissão de Saúde. Penso que neste momento está a ser dada continuidade ao trabalho. Quanto à preocupação dos médicos que se irão reformar dizer-lhe que tem havido uma grande dificuldade em criar vagas para os médicos de medicina geral e familiar. A Licenciatura de Fisioterapia têm sido feitas imensas démarches e foi chumbada porque a coordenadora da licenciatura não podia ser uma enfermeira e porque o era, foi chumbada. Alertei para esta situação a tempos e a horas mas continuaram a insistir e mais uma vez perderam tempo por causa de uma teimosia e tudo dependo do IPB e da sua boa vontade mas têm existido alguns entraves.” -----

### **PONTO 2.3 – ASSOCIAÇÃO DO EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR / PROPOSTA -----**

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezassete de outubro de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----

#### **“ ASSOCIAÇÃO DO EIXO ATLÂNTICO DO NORDESTE PENINSULAR / PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----**

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve. -----

“ Como resulta dos objetivos plasmados no artigo 6.º dos estatutos, a Associação do Eixo Atlântico do Nordeste Peninsular visa o levantamento dos problemas de ordem económica, social, técnica e cultural e pela procura das melhores soluções para os resolver. Os eixos prioritários de intervenção são: - Empreendimentos infraestruturais – obras e infraestruturas; - Política social e cultural; - Proteção e promoção do ambiente; - Turismo. Visa também a promoção de todo o tipo de atividades sociais, culturais e desportivas que se identifiquem com as raízes e identidade dos municípios membros e que favoreçam a coesão do sistema urbano da euro-região norte de Portugal-Galiza. A concretização do exposto realiza-se através de: a) Estudos, planos, programas e projetos; b) Formas de relacionamento entre agentes, estruturas e entidades suscetíveis de contribuir para o desenvolvimento dos respetivos territórios. -----





Cij  
A  
Ceb

Sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, em sessão de 28.02.2008, autorizou o município a integrar a Associação do Eixo Atlântico do Nordeste Peninsular. Anualmente a Câmara Municipal paga uma quota de participação nesta Associação, tendo, desde o início, já liquidado o valor de €124.000,00. Decorrido este lapso de tempo, estamos em condições de avaliar da pertinência em continuar a integrar esta Associação. Tendo presente os objetivos que constam dos seus Estatutos, no arquivo municipal nada consta de documento, ação ou qualquer iniciativa relevante e benéfica que esta Associação tenha desenvolvido ou beneficiado o município e o seu território. Verifica-se que, estrategicamente, a atuação desta Associação tem estado direcionada para os grandes centros urbanos, nomeadamente Porto, Guimarães, Corunha, Santiago de Compostela. -----

Perante esta situação, questionei os órgãos da Associação no sentido de mudarem de estratégia, focando-se noutros territórios que a integram, facto que, até ao presente, nada resultou. Tendo presente as áreas de intervenção desta Associação, as entidades que o município já integra e que buscam objetivos similares, tais como Geoparque Terras de Cavaleiros, CIM, Turismo de Portugal, entre outras, é meu entendimento que não existe uma mais-valia em continuar a integrar esta Associação. Por conseguinte, porque os órgãos municipais intervieram na adesão a esta Associação, do mesmo modo, proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de propor, à Assembleia Municipal, pelos motivos aduzidos, a saída do município da Associação de Municípios do Eixo Atlântico do Nordeste Peninsular. " -----

**O Vereador Carlos Manuel Pinto Barroso** perguntou se esta era uma proposta unilateral do Município de Macedo ou se há mais algum Município a tomar esta decisão. Alertou que é preciso ter noção que o Município de Macedo integrando esta Associação pertencia a uma rede referenciada do Norte e Galiza e ao tomarem esta decisão vão deixar de pertencer. Na sua opinião o facto de pagarem uma cota de cerca de 20.000,00€ anual, será que vale a pena sair? A forma como esta proposta foi fundamentada pelo Sr. Presidente, entende que lhe falta alguma consistência. **O Sr. Presidente da Câmara** respondeu que é muito clara a sua proposta e devidamente fundamentada, pois ao longo dos anos que fizeram parte desta Associação o Município de Macedo nunca obteve nenhum retorno, nem nunca foi citado em qualquer publicação. -----

**O Vereador Carlos Manuel Pinto Barroso** disse que na opinião dos Vereadores do PSD não está tecnicamente devidamente fundamentada a saída do Município de Macedo de Cavaleiros da Associação Eixo Atlântico do Nordeste Peninsular e o seu retorno tem de ser estudado porque não está. Não concordam portanto com a forma como estão a sair desta Associação e por isso vão votar contra. -----

**O Presidente da Câmara** respondeu que perante a situação de a Associação estrategicamente estar direcionada para grandes centros do Noroeste Peninsular e fazer investimentos, apenas aí, questionou os órgãos da Associação no sentido de mudarem de estratégia, ou seja, terem mais foco nas regiões do interior mais despovoadas, e não obteve qualquer resposta. Perante isto entende que a Câmara também não tem de estar conivente. ---

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por maioria, deliberou aprovar a proposta nos termos apresentada e remetê-la à Assembleia Municipal para deliberação final. -----  
(Votação: 4 votos a favor do Presidente da Câmara e dos Vereadores Pedro Mascarenhas, Rui Vilarinho e Elsa Escobar e 3 votos contra dos Vereadores Carlos Barroso, José Luís Afonso e Assunção Gemelgo) -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que perguntou: “ A proposta é para sairmos desta Associação? Se é dou-lhe os meus parabéns e já agora pretendia saber qual é o valor da mensalidade, ou anuidade por que desta Associação nunca vimos nada. E já agora, este dinheiro podia ser aproveitado para dar às Freguesias.” -----

**CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** – “ Relativamente a este ponto parece-me que o que está aqui em causa é a Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular e por lapso na proposta aparece Nordeste Peninsular. Quanto à proposta em si, da forma como vem apresentada, parece-nos que carece de fundamentação para que esta Assembleia possa votar em consciência. Objetivamente não sabe esta Assembleia se o nosso Município está, ou esteve envolvido em algum dos projetos do Eixo Atlântico e, se não esteve, o porquê. E, posso dizer que das pesquisas que fiz no ano de 2016 relativamente à questão do Entrudo Chocalheiro posso dizer que era e foi objeto de publicações, nesta Associação. Trata-se de um projeto de natureza transfronteiriça de índole Europeu, envolve a cooperação de 55 cidades e pese embora a saída recente de algumas como foram o caso de Chaves e Verim mantém ainda uma representação muito expressiva. E estando o Município de Macedo de Cavaleiros próximo da fronteira com Espanha e querendo impulsionar o seu Turismo associado quer à Albufeira do Azibo, quer ao Geoparque Terras de Cavaleiros, quer ao Entrudo Chocalheiro, aos Caretos de Podence, entre outros projetos que possa ter em curso seria expectável que aproveitasse os projetos transfronteiriços desenvolvidos pelo Eixo Atlântico para se projetar e modernizar, tais como a agenda digital local, a Expo-Cidades entre muitos outros desenvolvidos por esta Associação, beneficiando deste modo dos apoios Comunitários que são alocados a estes projetos. Neste sentido a primeira proposta que deixamos é que entendendo nós que toda esta fundamentação que deveria existir e não existe nesta proposta, é que ela seja eventualmente retirada para ser devidamente estudada, apelando ao espírito de cooperação que aqui temos falado e que hoje já aqui foi repetido variadíssimas vezes, sob pena de não nos deixar outra alternativa que não seja votarmos contra esta proposta se ela se mantiver nos termos em que está apresentada, para que e se obviamente a nossa posição assim vingar para podermos depois com a devida ponderação apreciar devidamente os prós e os contras de uma saída desta Associação.” -----

**LUÍS FILIPE SARDINHA CABECEIRO (CDS)** – Que disse: “ A nossa ideia vai um bocado ao encontro do que o PSD propõe, não há fundamentação para tomar esta decisão. De qualquer





*C. J.*  
*[Signature]*  
*Cecilia*

das formas algumas atividades em que o Município participou vou enumerá-las. O Município esteve envolvido em várias ações do Eixo Atlântico, participou ao longo dos anos, exceto neste último mandato, nos Tradicionais Jogos do Eixo que envolveu e envolve normalmente duas mil crianças, participou na realização das quatro expo-cidades do Eixo com forte representação do nosso concelho e, de forma gratuita. Tivemos a presença de Municípios Parceiros do Norte de Portugal e da Galiza, na Feira de Turismo no âmbito da Feira da Caça. Podemos divulgar as nossas atividades sem qualquer custo através da comunicação dos nossos parceiros, bem como ter presença na TV Galiza de forma gratuita para promover os nossos certames, oportunidade de participar ao mais alto nível em reuniões alargadas com os Governos de Portugal e Espanha. Parece-nos assim, que uma quota anual de 20 mil euros não parece exagerada para estes benefícios.” -----

**CATARINA LÚCIA PINTO DE MATOS (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Sobre esta questão da permanência na Associação do Eixo Atlântico, ou a sua saída gostaria de referir aqui que sou inteiramente apologista da preservação dos movimentos associativos, das Confederações, das Federações e de tudo o que é a preservação do trabalho em rede e de um trabalho alargado em que todos realmente somos mais fortes. No entanto eu gostaria de colocar a questão de uma outra forma. Sempre que o trabalho associativo não manifesta a preservação de uma relação mutuamente benéfica para os seus associados pode não existir cabimentação técnica para a preservação da Identidade Associativa, ou seja, mais do que justificar e fundamentar tecnicamente a saída do Município de Macedo desta Associação, importava justificar a permanência ou seja justificar porque deveremos manter este vínculo com a Associação. Pedia portanto ao Sr. Presidente que nos explicasse o que sentiu e o que norteia esta intenção de decisão.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, que disse: “é óbvio que não é de ânimo leve, que trazemos esta proposta à Assembleia, e, há razões para isto. Quando iniciei o mandato encontrei um objeto interessantíssimo nesta Associação, com objetivos que interessavam os propósitos das minhas ideias do que é a cooperação transfronteiriça mas, ao fim da terceira reunião estava esclarecido e não via qualquer interesse nesta relação. E, se houvesse dúvidas perdias completamente numa das reuniões no Ministério da Cultura para encontrar pareceres e uma posição de conforto por parte do Ministério da Cultura na Candidatura dos Caretos a Património da UNESCO. Isto foi tão simples, como isto. De facto havia todas estas atividades que aqui foram mencionadas mas se pensarmos em 20 anos de presença nesta Associação vamos para cerca de 300 mil euros de investimento que fazemos. Tal como foi dito aqui não será este valor que poderá justificar a saída ou não, porque temos oportunidades de poder ter reuniões com os Governos. Mas não, porque nós nunca estávamos presentes, quem tem protagonismo nisto tudo é o Senhor Secretário Geral Xoan Mao e posso dizer-vos que este senhor teve a veleidade de chegar junto do Ministro da Cultura e rasgar-lhe uma carta à sua

frente como se fosse o Presidente de uma Nação que é Galiza e Norte de Portugal. Eramos efetivamente 55 Municípios mas demos todo o poder a este senhor e digam-me quantos estudos é que houve de Portugal, concretamente de Trás-os-Montes que foram patrocinados por esta Associação? Publicações, com 300 mil euros faço todas as publicações que eu quiser nos melhores sítios de imagem e de informação que possa querer. E, a fundamentação da saída desta Associação é muito simples a parceria está esgotada, ou seja não vemos nisto qualquer fundamento para continuar porque em Portugal os poucos Municípios que vão sendo beneficiados são os do Minho e eventualmente em determinada altura o Município de Bragança, Macedo não teve qualquer benefício e não é uma pequena publicação que vai justificar o montante que pagamos por ano.” -----

**Abertas novamente as inscrições, usou da palavra.** -----

**ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO (PSD)** – Disse: “Esta minha intervenção baseia-se no facto de ter sido apresentada uma proposta muito concreta e que eu estava na expectativa de ouvir uma resposta do Sr. Presidente da Câmara. E, se fosse num determinado sentido, como seja – vamos estudar e numa próxima reunião traremos novamente o assunto, eu prescindia da palavra. Mas uma vez que o Sr. Presidente manteve a sua posição tenho de pedir-lhe uma exceção para dizer o seguinte: Quando aparece nesta Assembleia uma proposta para uma adesão temos de ver as vantagens e os inconvenientes. Não apreciei a contabilidade feita pelo Sr. Presidente pois aqui estamos a falar de uma quantia de 20 mil euros/ano e não vamos aqui multiplicar pelos anos que já passaram, até porque há uma quota e não é verdadeira porque eu li a sua informação e esta não é tão clara como foi agora aqui apresentada pelo Deputado Luís Cabeceiro. E, vem aqui o Sr. Presidente falar que são 55 cidades e destas só 3 Verim, Chaves e Macedo é que querem sair desta Associação porque as restantes, que são muitas, continuam a pensar da mesma maneira. Nós senhores Deputados estamos agora “na taça dos campeões europeus”, ou “na primeira divisão” da Cidades e agora vamos sair ainda não percebi porquê. Li a sua informação detalhadamente e não percebi tal como não percebi com a explicação que deu agora a esta Assembleia Municipal e o que eu propunha era que, com o seu espírito democrático, de acatar e ver, até porque há uma posição clara dos Vereadores do PSD, que disseram que eram contra. Não vai agora o Sr. Presidente querer pôr-nos aqui a confrontar e a decidir uma coisa destas assim sem um estudo. Não tenho qualquer problema em dizer que acompanho os Vereadores do PSD e tal como eles, votamos contra. É isso que vocês querem. Passamos aqui a tarde a falar de uma determinada maneira, e agora estamos a discutir o quê? O custo de 20 mil euros/ano? E para sermos corretos e sérios temos de ver também qual foi o benefício ao longo destes anos. Então não será melhor acatar agora a ideia e não haver a reprovação deste ponto porque até pode haver e continuamos a fazer parte da Associação contra a sua vontade. Proponho que retire a proposta, estudem isto como deve ser e volta a ser presente numa próxima reunião.” -----



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse “ eu não disse que não ia aceitar a vossa proposta. Eu tentei fazer justificar a minha posição e fui bem claro.” -----

Perante a proposta apresentada pelo Grupo do PSD no sentido de retirar este assunto da ordem do dia o **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se a Câmara retira a proposta, ao que o **Presidente da Câmara** respondeu afirmativamente. -----

**PONTO 2.4 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COMPETÊNCIA ESPECÍFICA A CELEBRAR COM FREGUESIAS DO CONCELHO – APROVAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA K), DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezanove de dezembro de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----

**“ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ESPECÍFICA EM JUNTAS DE FREGUESIA – CONTRATO DE COOPERAÇÃO INTERADMINISTRATIVO / PROPOSTA** -----

Presente a proposta do Vereador Rui Alexandre Serapicos Vilarinho, que se transcreve. -----

“Considerando: -----

1 – Que a delegação de competências é um instrumento de gestão autárquica, consagrado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, em concreto, no Capítulo II do Título IV; -----

2 – Que, nos termos do artigo 120.º, n.º 1 do diploma antes referido, a delegação de competências se concretiza através de contratos interadministrativos; -----

3 – A dimensão do território do concelho de Macedo de Cavaleiros, a distância de algumas das localidades à sede do concelho e, em concreto desta competência, a falta de recursos humanos por parte da Câmara Municipal, é um fator que potencia esta delegação de competências nas Juntas de Freguesia, contribuindo, assim, para uma gestão mais eficaz e eficiente dos serviços prestados; -----

4 – Que as Freguesias/Uniões de Freguesias do concelho de Macedo de Cavaleiros garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização responsável e racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados; -----

-

5 – Que o exercício desta competência pela Junta de Freguesia não determina o aumento da despesa pública global, pelo contrário, promove o aumento da eficiência na gestão e dos ganhos de eficácia dos recursos por parte das autarquias locais e concretiza uma harmoniosa articulação entre o Município de Macedo de Cavaleiros e as Freguesias do concelho; -----

6 – As negociações realizadas entre as partes e o interesse mútuo na delegação desta matéria;

7 – Considerando, ainda, que este contrato visa regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permite conferir à Administração Pública

uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação, face aos novos desafios e exigências, na  
Prossecução dos 5 E's: Economia, Eficácia, Eficiência, Equidade e Excelência. -----

Perante o exposto, atento o regime jurídico vertido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na  
sua redação atual, em concreto, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea m) do seu  
Anexo, proponho que a Câmara Municipal submeta a apreciação da Assembleia Municipal,  
para efeitos de autorização, proposta para a celebração de contratos interadministrativos de  
competência específica com freguesias do concelho que venham a aceitar nos termos que,  
ora, proponho e que anexo, ficando a fazer parte integrante da presente proposta." -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou, aprovar a  
proposta nos termos formulados e submetê-la a apreciação da Assembleia Municipal. ""-----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por maioria, com 49 votos a favor e 10  
abstenções, deliberou aprovar nos termos formulados a proposta apresentada pela  
Câmara Municipal. -----

**PONTO 2.5 – PACOTE FISCAL PARA O ANO DE 2019 / PROPOSTA A APROVAR NOS  
TERMOS DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA  
REDAÇÃO ATUAL** -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da  
Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezanove de dezembro de dois mil e dezanove,  
que se transcreve. -----

**"PACOTE FISCAL PARA O ANO DE 2020 / PROPOSTA** -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, datada de 23-10-2019, que se  
transcreve. -----

"– Considerando a informação subscrita pelo Diretor do Departamento de Administração Geral,  
datada de 2019.10.21, que anexo; -----

- Considerando que a situação financeira da câmara municipal não nos permite aliviar ainda  
mais a carga fiscal que recai sobre os municípios macedenses, proponho que, para o ano de  
2020, a câmara municipal aprove, sob proposta, a submeter à assembleia municipal para  
decisão final, o seguinte: -----

**A) Quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis** -----

-Que se implemente a taxa de 0,3% a aplicar aos prédios urbanos. Quanto aos imóveis  
destinados a habitação própria permanente que se aplique a redução legal da taxa, a saber: ---

i) de 20 euros, pra agregados com um dependente a cargo; -----

ii) de 40 euros, para agregados com dois dependentes a cargo; -----

iii) 70 euros para, agregados com 3 ou mais dependentes a cargo. -----

**B) Quanto à participação variável no IRS** -----

Atendo o limite percentual que o município pode dispor, a exemplo do ano anterior, proponho a  
participação de 1%. -----



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**C) Quanto ao lançamento da Derrama** -----

Como forma de atrair a fixação de empresas no nosso município e de fortalecer aquelas que se encontram aqui sediadas, proponho que não se implemente o lançamento deste imposto municipal. -----

**D) Quanto à Taxa Municipal de Direitos de Passagem** -----

Proponho que se fixe no limite legal, ou seja, 0,25%." -----

Transcreve-se, também, a informação do Diretor de Departamento, datada de 2019-10-21, que fundamenta a proposta do Presidente da Câmara supra referida: -----

*"- Considerando as competências que cada regime jurídico das matérias elencadas no denominado Pacote Fiscal atribui aos órgãos municipais; -----*

*- Considerando a elaboração dos documentos previsionais para o próximo ano, concretamente o orçamento da receita; -----*

*- Considerando, ainda, a existência de prazos limites para comunicar, a entidades externas, as deliberações tomadas sobre estas matérias, coloco a apreciação do Sr. Presidente da Câmara, com vista a ser presente, para apreciação da câmara municipal, o assunto supra referenciado.-*

*Incluo no denominado Pacote Fiscal, as matérias relacionadas com: -----*

*i) Imposto Municipal sobre Imóveis – fixação das taxas a aplicar; -----*

*ii) Participação Variável no IRS – definição do percentual pretendido pelo município; -----*

*iii) Derrama – decisão de lançamento e suas condições; -----*

*iv) Taxa Municipal de Direitos de Passagem – fixação do percentual a aplicar. -----*

*Assim, -----*

**A) IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS** -----

**OS FACTOS**-----

*1. Para melhor fundamentação da decisão a tomar pelos órgãos municipais, levo a conhecimento das taxas fixadas pela Assembleia Municipal no mandato anterior: -----*

*- 2016: 0,3% -----*

*- 2017: 0,3% e aplicação das reduções legais para imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário -----*

*- 2018: 0,3% e aplicação das reduções legais para imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário -----*

*- 2019: 0,3% e aplicação das reduções legais para imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário. -----*

*2. No que concerne à receita arrecadada e tendo por base a prestação de contas do município, resultam os seguintes valores (líquidos): -----*

*- 2016: €1.396.407,01 -----*

*- 2017: €1.275.792,69 -----*

*- 2018: €1.289.122,88 -----*

*- 2019\*: €875.728,01. -----*

*(\*Nota: ainda existem prestações a receber até ao final do ano em curso) -----*



**O DIREITO** -----

1. De acordo com o artigo 14.º, alínea a) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e artigo 1.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizem. -----

2. A taxa referente aos prédios rústicos encontra-se fixada em 0,8%, não sendo objeto de majoração ou redução. -----

3. No que concerne aos prédios urbanos e atento o disposto na alínea c) do n.º 1 e do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI, os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, definem a taxa aplicável aos prédios urbanos para vigorar no ano seguinte, taxa essa a fixar entre 0,3% e 0,45%. -----

4. O artigo 112.º, n.º 7 do CIMI fixa, ainda, que os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias e fixar uma redução até 20% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados. -----

5. Ao invés, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem majorar até 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se, de acordo com o n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e respetivas alterações ou conforme o disposto no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, e respetivas alterações, os que tenham sido objeto de intimação para execução de obras de conservação e/ou reabilitação, necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético.

6. De acordo com o n.º 12 do artigo 112.º do CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem, igualmente, fixar uma redução até 50% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios classificados, de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

7. Ao abrigo do n.º 3 do artigo 112.º do CIMI, a taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, é elevada, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano. Encontram-se nesta tipologia, aqueles prédios como tal definidos no Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto. -----

8. Resulta, ainda, da alteração promovida em 2016 ao CIMI (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março) a possibilidade de redução de taxa a imóveis destinados a habitação própria e permanente. Assim, estabelece o n.º 1 do artigo 112.º-A do CIMI que, por deliberação da Assembleia Municipal, pode ser fixada uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que, nos termos previstos no artigo 13.º do Código do Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS) compõem o agregado



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

familiar do proprietário, a 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeita o imposto. Essa redução encontra-se fixada nos seguintes limites: -----

- i) de 20 euros, para agregados com um dependente a cargo; -----
- ii) de 40 euros, para agregados com dois dependentes a cargo; -----
- iii) 70 euros para, para agregados com 3 ou mais dependentes a cargo. -----

Em face do exposto, deve a câmara municipal deliberar no sentido de aprovar e submeter à aprovação da assembleia municipal de acordo com a alínea a) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para vigorar no ano de 2019, com efeitos na liquidação que será feita em 2020: --

- a) A fixação de uma taxa de IMI nas condições antes descritas. -----
- b) A decisão quanto à aplicação da redução da taxa de IMI para imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que, nos termos do artigo 13.º do código do IRS, compõem do agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeita o imposto. -----

## **B) PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS -----**

### **OS FACTOS -----**

1. Para melhor fundamentação da decisão a tomar pelos órgãos municipais, levo a conhecimento das taxas fixadas pela Assembleia Municipal no mandato anterior: -----

- 2016: 2% -----
- 2017: 1% -----
- 2018: 1% -----
- 2019: 1% -----

2. No que concerne à receita arrecadada e tendo por base a prestação de contas do município, resultam os seguintes valores (líquidos): -----

- 2016: €0,00 (não obstante a assembleia municipal ter fixado percentual não foi comunicada) -
- 2017: €148.239,00 -----
- 2018: €75.534,00 -----
- 2019\*: €62.630,00 -----

(\*nota: ainda existem montantes a receber até ao final do ano em curso) -----

### **O DIREITO -----**

1. De acordo com a alínea g) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constitui receita dos municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 25.º e seguintes do mesmo diploma legal. -----

2. A alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e do n.º 1 do artigo 26.º, ambos do diploma antes referido, estatui que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, que é calculada sobre a respetiva coleta líquida

das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69.º. -----  
Em face do exposto, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deve a câmara municipal aprovar e submeter, à aprovação da assembleia municipal, proposta de participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2018, dentro do percentual variável antes referido. -----

### **C) DERRAMA** -----

#### **OS FACTOS** -----

No ano anterior os órgãos municipais decidiram não lançar a derrama. -----

#### **O DIREITO** -----

1. Nos termos da alínea c) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constitui receita dos municípios o produto de derramas lançadas nos termos do artigo 18.º do mesmo diploma. -

2. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios podem lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território. -----

Em face do exposto, deve a câmara municipal apreciar o assunto e deliberar sobre o lançamento da derrama ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo da alínea c) do artigo 14.º, do n.º 2 do artigo 16.º e do artigo 18.º, todos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

### **D) TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM** -----

#### **OS FACTOS** -----

1. Levo a conhecimento das taxas fixadas pela Assembleia Municipal no mandato anterior: -----

- 2016: não implementada -----

- 2017: não implementada -----

- 2018: 0,25% -----

- 2019: 0,25% -----

2. No que concerne à receita arrecadada e tendo por base a prestação de contas do município, resultam os seguintes valores (líquidos): -----

- 2016: € 0,00 -----

- 2017: € 0,00 -----

- 2018: €3.028,42 -----

- 2019\*: €3.017,12 -----

(\*nota: ainda existem montantes a receber até ao final do ano em curso) -----



*Caj*  
*R*  
*celi*

**O DIREITO** .....

1. A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, conhecida por Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE), estabelece que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipais podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP). .....

2. Por esse facto, a remuneração prevista encontra-se definida no Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, em concreto, pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público e privado das autarquias. ....

3. Na sequência da publicação da Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro, que altera o regime da TMDP, nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são responsáveis pelo seu pagamento. ....

4. A taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas referidas empresas, para todos os clientes finais do respetivo município.

5. Esse percentual é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar 0,25%. ....

6. Os procedimentos de cobrança e entrega mensais aos municípios das receitas provenientes da TMDP a adotar pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo estão definidos no Regulamento n.º 38/2004, publicado em 29 de setembro. ....

Em face do exposto, a este nível, deve a Câmara Municipal formular proposta, à Assembleia Municipal, do percentual a aplicar para o próximo ano." .....

**DELIBERAÇÃO:** Apreciada a proposta subscrita pelo Presidente da Câmara, a Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou aprová-la nos termos apresentados. Para os efeitos do artigo 25.º, n.º 1, alíneas c) e d) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, mais foi deliberado submetê-la à apreciação da Assembleia Municipal. ""-

**Abertas as inscrições usaram da palavra.** .....

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – “Relativamente a esta questão o sentido de voto do PSD, os valores do Pacote Fiscal para o IMI e IRS e a Taxa Municipal de Direitos de Passagem mantêm-se relativamente aos anos anteriores, o que nos parece perfeitamente razoável. A isenção de Derrama sobre o IRS também parece uma medida positiva de fomento empresarial. Nesse sentido, a Bancada do PSD votará favoravelmente.” .....

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por unanimidade deliberou aprovar a taxa do IMI e da TMDP, e por maioria, com 58 votos a favor e 1 abstenção, deliberou aprovar, a Taxa de IRS e a Derrama, nos termos apresentados, na proposta de Pacote Fiscal para 2019. ....

*Neste momento, sendo 19.30h o Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Porca, António João Alves Trovisco, por motivos devidamente justificados e, devidamente autorizado pelo Presidente da Assembleia Municipal, ausentou-se da reunião não tendo regressado para os trabalhos.* -----

**PONTO 2.6 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020 / PROPOSTA** -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezanove de dezembro de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----

**" DOCUMENTOS PREVISIONAIS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020 / PROPOSTA**

Presente a proposta da Vice-presidente da Câmara Municipal, Elsa Carina da Silva Escobar, que se transcreve. -----

"Para cumprimento do disposto no regime jurídico do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e, ainda, do estatuído na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeto a apreciação, discussão e votação do executivo Municipal o projeto-proposta dos documentos previsionais do Município de Macedo de Cavaleiros pra o exercício económico do ano de 2020, constituído por Grandes opções do Plano e Orçamento, o qual importa, na receita, no valor global de 27.935.729,04€ (vinte e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte e nove euros e quatro cêntimos) e, na despesa, no valor global de 27.935.729,04 (cinte e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte e nove euros e quatro cêntimos), devendo, nos termos do artigo 33, n.º 1, alínea c) do citado diploma legal ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal, para aprovação." -----

Anexo: o projeto-proposta dos Documentos Previsionais do Município de Macedo de Cavaleiros para o exercício económico do ano de 2020. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por maioria, deliberou aprovar a proposta dos documentos previsionais e mapa de pessoal para o anos de 2020, nos termos em que é formulada e, para cumprimento do disposto no n.º 1, alínea c) do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----

**Votação:** 3 votos a favor (Elsa Escobar, Pedro Mascarenhas e Rui Vilarinho) e duas abstenções (Duarte Moreno e Assunção Gemelgo)

Os **Vereadores do PSD** fizeram a seguinte declaração de voto. -----

"Sobre o ano 2019 podemos afirmar que foi: - Mais um ano perdido; - Deram vários tiros nos pés em projetos como o mega Parque de Estacionamento, Campo de Jogos na Albufeira do Azibo a BLC3, Educação, etc.; - Tivemos apenas o lançamento de duas obras do PERU, a saber, a reabilitação do edificado e arranjo paisagístico do bairro de S. Francisco de Assis em que um Lote destes trabalhos teve a escusa do empreiteiro para a sua execução. -----





*Handwritten signature and initials*

Destacamos do documento apresentado: - Uma listagem exaustiva de todos os projetos que pretendem realizar esperando nós, que assim seja e sejam executados, mas como disse o Ministro do Planeamento Nelson Sousa “Investimentos parados terão fundos cortados”, queremos crer que tenham a força necessária para que não ocorra nenhum corte nos fundos atribuídos ao concelho de Macedo de Cavaleiros. Porque, apesar de ter sido um trabalho efetuado pelo anterior executivo que muita dor de cabeça custou, muita inveja causou a concelhos vizinho, concelhos maiores e até houve comparações dos fundos, como no caso do Município do Porto, são obras já muito desejadas pelos macedenses. – Aumento, de 2019 para 2020, aproximado de 370 000€ nas despesas com o pessoal e poderia dizer que a massa salarial do município aumentou aproximadamente 1 milhão de euros de 2017 a 2020; - Aumento de 28 postos de trabalho, passando para 311 profissionais quando o concurso dos 17 postos de trabalho estiver concluído; - Que a promessa “O próximo orçamento será, certamente, bem mais favorável às freguesias” – Sim é verdade, mas só para algumas, tendo assim um tratamento desigual; - Pouco ou nada está previsto para o combate às fugas de água, continuando a ser o Município número 1 nesta matéria; - E, por último, muitos sonhos – como poderá alguém querer ter mais projetos aprovados, quando os que tem em carteira não são executados? -----

Em suma, um Executivo sem ideias e sem estratégia para o desenvolvimento do concelho, não fora a estratégia desenhada pelo anterior executivo tínhamos uma mão cheia de nada e por este motivo os Vereadores do PSD abstém-se.” -----

A **Vice-Presidente** leu a declaração que o Sr. Presidente da Câmara lhe entregou para constar na apreciação e votação deste assunto, a qual se transcreve. -----

“A elaboração dos documentos financeiros traduz dificuldades extrínsecas e intrínsecas, pois, se por um lado, estes reúnem um conjunto de encargos e aplicações, devidamente alavancados em receitas próprias, transferências e fundos para um período determinado e que, inevitavelmente, refletem o enquadramento económico da região envolvida, por outro lado e especificamente para este exercício, outro condicionalismo relevante existe na elaboração destes documentos previsionais, traduzido no desconhecimento e inexistência de informação sobre a proposta de Orçamento de estado para o ano de 2020. Este facto justifica, desde logo, alguma prudência no que concerne à previsão da receita relativa à participação dos municípios nos impostos do Estado. -----

Ora, é neste contexto que os Documentos Previsionais para 2020 foram elaborados e que devem ser entendidos e compreendidos. -----

Globalmente, o Orçamento ascende a 27.935.729,04€ (vinte e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte e nove euros e quatro cêntimos). -----

Apesar das dificuldades expressas, o Orçamento Municipal para 2020 continua transversalmente alicerçado nas linhas estratégicas definidas nos anos anteriores, designadamente, na gestão e administração municipais, no desenvolvimento económico, na rede viária e transportes, no ambiente e qualidade de vida, na educação, na cultura e desporto, na habitação social, na saúde, na proteção civil, na segurança e no turismo. -----

A Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Macedo de Cavaleiros para o ano de 2020 foi elaborada em quatro linhas estratégicas: -----

1.ª – Rigor na execução da despesa pública: continuação da revisão da despesa pública através de melhores e mais eficientes políticas de gestão; -----

2.ª – Melhoria na gestão dos recursos do Município: implementação de uma gestão mais eficiente e exigente com maior proximidade com o cidadão, envolvendo e valorizando os trabalhadores da Autarquia, traduzindo-se em novas ferramentas de trabalho adquiridas e a adquirir e, ainda, na sua formação contínua. -----

3.ª – Plano estratégico de investimento: implementação das prioridades de investimento aprovadas em planos, concretamente no PEDU, e na procura de novas fontes de financiamento externo. 4.ª – Parceria com as Freguesias: reforço do investimento no mundo rural, dando realce à parceria com as Juntas de Freguesia, conforme resulta do mapa que consta nas páginas 226 e seguintes da proposta. -----

Nesta proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2020 destacamos os seguintes aspetos: -----

- A execução do plano de investimentos, entretanto, revisto do Plano estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU; -----

A intervenção na Zona Industrial e Zona Oficial; -----

- O aumento substancial da dotação para investimentos nas Freguesias, cujo valor se situa acima de 1.000.000,00€ (um milhão de euros); -----

- A reestruturação dos Acordos de Regularização de Dívida dos executivos anteriores, relativos a serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos; -----

- A preservação do esforço orçamental em ações que dinamizam as atividades lúdicas no concelho, projetando-o para o interior; -----

A preservação do esforço orçamental em ações que visam dinamizar o associativismo local, o desporto, a educação e o turismo. -----

Por fim, importa, ainda, sublinhar, que se encontram em estudo ou em curso outras opções de gestão cuja concretização vai permitir, no decurso do exercício e em sede de revisão aos documentos previsionais, materializar essas iniciativas e projetos, destacando: -----

- Requalificação da Zona Industrial no valor aproximado de 1.000.000,00€ (um milhão de euros); - A substituição de luminárias públicas para a redução de custos com energia, no valor aproximado de 260.000,00 (duzentos e sessenta mil euros); -----

- A construção do Centro de Proteção Civil e Meios Aéreos no valor aproximado de 485.000,00€ /quatrocentos e oitenta mil euros); -----

- “Cultura para Todos” no valor aproximado de 236.000,00 (duzentos e trinta e seis mil euros); -

- Património Cultural – Infraestrutural que contempla a requalificação da Igreja de N.ª Sr.ª da Purificação em Podence no valor aproximado de 485.088,67€ (quatrocentos e oitenta e cinco mil e oitenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos); -----

- A construção do Centro Náutico no Azibo no valor aproximado de 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros). -----



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Termino, repetindo o que disse na proposta do exercício que agora termina: "(...), a esperança e o trabalho foram o mote deste ano e voltarão a ser para o próximo ano. Tudo vamos fazer para que, em conjunto com os trabalhadores da autarquia, com o apoio dos autarcas deste concelho, com o trabalho das associações e demais forças vivas, este município se apresente estável e de boas contas." -----  
Para isso contamos com Todos." -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse: " A elaboração dos documentos financeiros traduz dificuldades intrínsecas e extrínsecas pois se por um lado este reúnem um conjunto de encargos e aplicações devidamente alavancadas em receitas próprias, transferências e fundos por um período determinado e que inevitavelmente refletem o enquadramento económico da região envolvida, por outro lado, e especificamente para este exercício outro condicionalismo relevante existe na elaboração destes documentos previsionais traduzido no desconhecimento e inexistência da informação sobre a Proposta do Orçamento de Estado para o ano 2020. Este facto justifica desde logo alguma prudência no que concerne à previsão da receita relativa à participação dos Municípios nos Impostos do Estado. Ora, neste contexto os documentos previsionais para 2020 foram elaborados e assim devem ser entendidos e compreendidos. Globalmente, o orçamento ascende a 27.935.729,04 (vinte e sete milhões novecentos e trinta e cinco mil setecentos e vinte e nove euros e quatro cêntimos). Apesar das dificuldades expressas, o orçamento municipal para 2020 continua transversalmente alicerçado nas linhas estratégicas definidas nos anos anteriores, designadamente na gestão e administração municipais, no desenvolvimento económico, na rede viária e de transportes, no ambiente de qualidade de vida, na educação, na cultura e desporto, na habitação, na ação social, na saúde, na proteção civil, na segurança e no turismo. -----  
A proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Macedo de Cavaleiros para o ano de 2020 foi elaborada em função de 4 linhas estratégicas. A primeira o rigor na execução da despesa pública, continuação da revisão da despesa pública através de melhores e mais eficientes políticas de gestão. Segundo a melhoria na gestão dos recursos municipais, implementação de uma gestão mais eficiente e exigente com maior proximidade ao cidadão, envolvendo e valorizando os trabalhadores da Autarquia traduzindo-se em novas ferramentas de trabalho adquiridas e a adquirir e ainda na sua formação contínua. Terceiro um Plano Estratégico de Investimento, implementação de prioridades de investimento aprovadas em planos, nomeadamente, o PEDU e na procura de novas fontes de financiamento externo. Em quarto a Parceria com as Freguesias, portanto um reforço do investimento no mundo rural, dando realce à parceria com as Juntas de Freguesia, conforme resulta do mapa que consta nas páginas 226 e seguintes da proposta. Nesta proposta das grandes opções do plano, destacamos os seguintes aspetos: - Execução de Plano de Investimentos, entretanto revisto pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU); - Intervenção na Zona Industrial e na Zona Oficial; - Aumento substancial da dotação para investimento nas Freguesias, cujo

valor se situa acima de um milhão de euros, o maior investimento de sempre nas freguesias; - A Reestruturação dos Acordos de Regularização de Dívida dos Executivos anteriores relativos a serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos; - A preservação do esforço orçamental em ações que dinamizam atividades lúdicas no concelho projetando para o exterior; - A preservação do esforço orçamental em ações que visam dinamizar o associativismo local, o desporto, a educação e o turismo. Por fim, importa ainda sublinhar, que se encontra em estudo, ou em curso, outras opções de gestão, cuja concretização vai permitir no decurso do exercício e em sede de Revisão aos Documentos Previsionais materializar essas iniciativas e projetos, dos quais destacamos a requalificação da Zona Industrial, num valor aproximado de um milhão de euros; a substituição das luminárias públicas, contribuindo para uma redução de custos com a energia, num valor aproximado de 260 mil euros; Construção do Centro de Proteção Civil e Meios Aéreos num valor aproximado de meio milhão de euros; A Cultura para todos num valor aproximado de 236 mil euros; Património Cultural, Infraestrutural que contempla a Requalificação da Igreja Nossa Senhora da Purificação em Podence, num valor aproximado de meio milhão de euros e a Construção do Centro Náutico no Azibo num valor aproximado de 250 mil euros. Termino repetindo o que disse na proposta de exercício que agora termina “a esperança e o trabalho” foram o mote deste ano e voltarão a ser para o próximo ano. Tudo vamos fazer para que em conjunto com os Trabalhadores da Autarquia, com o apoio dos Autarcas do Concelho, com o trabalho das Associações e demais forças vivas, este Município se apresente estável, humanista e de boas contas. Por isso, contamos com todos de forma sucinta passaremos às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020.” -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Que disse: “ Estamos perante um dos documentos estruturantes da ação do Executivo ao longo do ano, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano e, dizer quanto a isto que tive a oportunidade de reunir a Comissão de Orçamento e Finanças, onde discutimos abertamente todas as opções que aparecem neste documento e, de uma maneira geral houve uma concordância sobre os projetos, cujo desenho em boa parte, alguns deles já vêm detrás e que naturalmente subscrevemos. É notório neste documento que há um aumento significativo (cerca de um milhão de euros) no que diz respeito aos custos com o pessoal, há um aumento também muito significativo de juros a pagar, alguns deles decorrentes dos acordos de regularização de dívida e parece-me a mim que de facto há aqui uma aposta insuficiente no que diz respeito ao apoio ao setor primário sendo ele a base económica do concelho, e isso já aqui foi dito, nomeadamente os valores de 20.000€ adotados para o apoio à sanidade animal e de 5.000€ para apoio à luta contra o cancro dos castanheiros, parece-me manifestamente pouco. Por outro lado, no que diz respeito à venda de bens de investimento parece-me que há aqui um valor subestimado e, em particular custa-me um pouco que dois dos lotes de terreno que vão ser postos à venda pela Câmara Municipal, situados



*Handwritten signature and initials*  
celm

junto à escola que o sejam colocados desta maneira, nomeadamente porque primeiro estiveram previstos para fazerem parte da solução do que era a Central de Camionagem, essa sim, correta junto à Rotunda de Travanca e portanto era o sítio certo e, é pena que, estes terrenos não sejam para este efeito. E já que falamos nisto e digo-o para memória futura, já o disse aqui e continuo a dizê-lo, a solução que vocês prescrevem para a Central de Camionagem, é um erro “encravá-la” no meio da cidade. Dito isto, mesmo que apostem na solução junto à Rotunda do Mel, efetivamente se calhar ali devia passar uma via que ligasse à Rua Eng.º Moura Pegado junto às escolas e que vinha da Rotunda de Travanca porque ia abrir este lado da cidade e permitir uma fluidez do tráfego, mesmo dos autocarros à saída das aulas que atualmente não existe e é uma solução que ainda estão a tempo de pensar nela, e esta foi uma recomendação emanada pelos membros da Comissão de Orçamento e Finanças. Por outro lado, já foi aqui mencionado por várias vezes que um dos “cancros” das finanças deste concelho tem que ver com o desperdício de água e o valor não faturado de água e parece-me que aqui não há uma aposta a sério na resolução deste problema. Não é com 2.500€ para uma sonda de deteção de fugas que lá vamos e estamos se calhar a acreditar demasiado que vai ser a CIM a resolver-nos o problema, mas quanto a isso tenho algumas dúvidas. Sr. Presidente relativamente aos acordos de regularização de dívidas há um em aberto, que ainda não está resolvido, e penso que até ao momento não foi usado o instrumento legal que foi criado, a tal Lei à maneira de Macedo de Cavaleiros. Relativamente à transferência das verbas para as Freguesias gostava de dizer o seguinte: a Câmara faz-nos acompanhar o mapa onde discriminam os valores atribuídos mas há algumas obras que espero venham a ser integradas numa futura revisão ao documento, nomeadamente, uma já foi referida aqui hoje que é a questão dos passeios da estrada do cemitério a Vale de Prados, que é uma obra há muito reclamada e seria de inteira justiça que fosse contemplada, tal como os passeios da entrada de Vale da Porca, ou os passeios até ao Centro D. Abílio Vaz das Neves. E para terminar e sendo esta a minha última intervenção de 2019 dizer que esta reunião da Assembleia Municipal e já no ano passado calhou na mesma altura estaria bem que fosse realizada uma semana antes. Haja portanto o esforço por parte da Câmara para não fazer coincidir esta reunião da Assembleia com a época festiva. O PSD irá abster-se nesta votação” -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que disse: “ Estamos perante o Orçamento para 2020 e desta vez já com equilíbrio financeiro, com uma receita de 16 milhões de euros e uma despesa de 15 milhões de euros, com um saldo de 612 mil euros. É um Orçamento que não é perfeito e toda a gente deve ter essa noção, a nível das receitas verifica-se a água com 700 mil euros e os resíduos sólidos com 450 mil euros e se na realidade se conseguisse arrecadar este valor seria ótimo mas o problema reside na despesa pois toda a gente sabe a grande afetação que isso cria. Na despesa queria também salientar que a feira de S. Pedro, a Feira da Agricultura e a Feira da Caça e o Festival da Música Tradicional custam 380 e 200 mil euros e a Câmara está de parabéns por conseguir fazer estes três eventos com este montante. A Associação de Municípios na despesa leva à Câmara 265 mil euros e a Associação das Terras



do Sabor 46 mil euros, na minha opinião são muitos encargos que deviam ser repensados. Também me chamou a atenção o valor das receitas das Feiras que se fazem durante 3 ou 4 dias por semana rendem 15 mil euros e no meu entender por este valor com o objetivo de se atrair mais pessoas podiam baixar o valor pago pelos feirantes e quem sabe até eventualmente isentá-los de qualquer pagamento. O valor de 20 mil euros de apoio sanitário para as vacinas, em boa verdade a primeira pessoa que trouxe esta questão á Assembleia Municipal fui eu próprio e mais tarde vieram também abordar este assunto e fico contente por estar contemplada com uma verba de 20 mil euros porque antes nunca tinha sido dotado com qualquer verba. Outra situação que também me deixou satisfeito foi ver que a marcação das estradas também está contemplado em orçamento e outra questão que também me satisfaz é a transparência nas Candidaturas pois pela primeira vez elas constam todas conforme estão aprovadas e foram feitas, isto sim é transparência.” -----

**LUÍS MANUEL DE OLIVEIRA MIRANDA PEREIRA (CDS)** – “ Também eu quero desejar boas festas a todos e que tenham um ótimo ano que se avizinha e que em termos mundiais se apresenta com ameaças por todo o lado mas que queira Deus que no nosso caso isso não aconteça. -----

E, vou fazer uma pequena intervenção só para dar o sentido de voto do CDS relativamente ao Orçamento. Em geral eu diria que se trata na essência de um documento que bem, afirma promover a concretização de planos propostos e orçamentados já pelo anterior Executivo, e de novo, algumas coisas mas, quase nada. E, não retirando o valor a uma ou outra proposta não se vê onde adivinhar uma linha condutora que possa unir os macedenses no acreditar de um amanhã melhor. Navega-se à vista com opções discutíveis e alienadoras do futuro que, entre outros possíveis noutras áreas é exemplo, do que é exemplo no campo da cultura o caso dos Museus. Apesar disso, poderia pelos aspetos positivos que o Orçamento contém merecer a abstenção do nosso Grupo. No entanto, os membros eleitos pelo CDS por terem consciência de que o seu voto em nada altera a aprovação do Orçamento por força da verificada reconstrução da maioria que resultara da vontade dos macedenses nas últimas eleições, optam por fazer deste voto essencialmente uma afirmação pública política de solidariedade para com o único Presidente da Junta do CDS nesta Assembleia, eleito pela população de Lamas e que tem provas dadas no seu trabalho em prol da freguesia e do seu povo. Coerente com a escolha dos que o elegeram e fiel à vontade dos mesmos. A Junta de Freguesia de Lamas apresentou projetos necessários, designadamente a rede de água e esgotos no Pontão de Lamas à Câmara Municipal e, nem com um tostão a Freguesia é contemplada neste Orçamento. O Grupo eleito pelo CDS irá assim e por isso votar contra o Orçamento proposto.” -

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente em relação às questões orçamentais e das grandes opções do plano, em relação ao apoio que é dado à pecuária e à agricultura referir-lhe o seguinte: é óbvio que é positivo o facto de haver aqui uma dotação de 20.000€, a questão dos 5.000€ para o



*[Handwritten signatures and initials]*

tratamento do cancro do castanheiro não ponho em causa, porque no fim de contas isto acaba por ser, embora uma ajuda para os agricultores, um subsídio muito bem pago ao IPB e mais comentários não faço. Em relação ao apoio que é feito à pecuária dizer-lhe o seguinte: o senhor tem a consciência de quantos produtores existem no concelho? Existem cerca de 421 produtores e o Sr. Presidente vai fazer uma subvenção atual de 47,00€ por produtor este ano, se acha que isto é suficiente, eu não acho. Bastava, só para ter uma ideia, para fazer a subvenção completa eram necessários 44.323,00€, e passaria para cerca de 100,00€ por produtor e acho que mesmo assim não é um valor muito exagerado e optou pior fazer aqui uma subvenção de 47,00€ por produtor e isto é o que é e se o Senhor acha que este é o caminho, eu não acho. Fiquei surpreendido por um programa muito importante, que aliás aproveitou do executivo anterior o Macedo Cuidar e que já veio aqui falar e inclusivamente não quero errar se disser que inclusivamente nos falou de uma cooperação com uma Instituição qualquer, mas o que se passa é que o Macedo Cuidar que sobretudo versa a questão de subvencionar tratamentos médicos e de medicamentos às pessoas passa de uma subvenção no ano anterior 5.000€ para uma subvenção de 1.000€. Resumindo, ou ninguém se candidatou, ou não há pessoas a precisar, ou então estão a fazer aqui uma redução enorme deste Macedo Cuidar, o que acho no mínimo estranho, ou então o programa não é divulgado, ou então os critérios de adesão ao programa são de tal maneira estreitos que ninguém se consegue candidatar e só mesmo aquelas pessoas que têm reformas muito pequeninas é que conseguem ter acesso. Outra questão tem a ver com o aumento brutal, cerca de 20%, com os gastos com o pessoal e pretendia saber se isto já enquadra o pessoal que vem por causa das transferências de competências para a Autarquia, ou seja na questão da Educação, Saúde e da Sanidade Animal, ou se pelo contrário não enquadra nada disto e é somente um aumento de 1 milhão de euros, baseado nos novos colegas que vão entrar para a Autarquia, o que acho no mínimo estranho. Também já foi dito e eu só queria que me esclarecesse porque pelo conhecimento que eu tenho a Câmara vai por à venda património da Autarquia que lhe vai render cerca de 1 milhão de euros e tenho aqui uma dúvida; é que os terrenos que eu enquadro e a casa que eu sei que está á venda, são terrenos que no PDM estão como terrenos de equipamento social, ou seja, o que vai acontecer? Eu não acredito e pelos conhecimentos que eu também tenho, parques, mas que eu penso que andarà à volta de 20€ o m<sup>2</sup>, e como o Deputado José Madalena disse e muito bem, a Câmara vai trocar terrenos para meter uma Estação de Camionagem, de 20€/m<sup>2</sup> vai trocar por terrenos onde vai comprar a 50€, 60€ ou 100€/m<sup>2</sup>. Se isto é boa gestão? Só por um capricho de querer meter uma Central de Camionagem no centro da Cidade, acho no mínimo um critério estranho, e, não sei como é que vai vender terrenos, a não ser que mude o PDM. Como é que vai vender terrenos, onde as pessoas não vão poder lá construir? Outro ponto tem a ver com a questão de mais uma vez neste Orçamento não haver qualquer verba na área do Empreendedorismo, o que significa se um jovem pede ajuda à Câmara nesta área a Câmara não tem nada para lhe dar." -----

**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Encontramo-nos aqui hoje a discutir a “espinha dorsal” da gestão política para o próximo ano, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento. Entre muitos, alguns dados importantes que se extraem do documento apresentado: - Apesar das dificuldades de termos encontrado uma casa completamente desarrumada e termos tido a necessidade de aprovar um orçamento desequilibrado no passado, as contas começam a ficar certas; - Sem dados escondidos e após vários anos, as dotações iniciais do ano de 2020 (pág. 21) revelam um equilíbrio entre as receitas e as despesas, aliás como se pode observar pelo quadro apresentado na (pág.21) e na senda daquilo que de ser as receitas correntes (valor de 16.160.756€) são superiores às despesas correntes (valor de 15.548,284€), com um saldo económico de 600,000€; - Forte investimento em todo o concelho, seja ao nível da requalificação de infraestruturas, seja de execução de novas obras, após tantos e tantos anos sem nada ter sido feito, não podendo deixar de ser destacados os investimentos nas freguesias do nosso concelho; - Obras e projetos que se encontram plasmados no documento que nos foi entregue; - Num outro patamar, congratulamo-nos com o facto de o nosso Município estar a trabalhar na questão da implementação do novo sistema contabilístico SNC-AP (Pág. 2), sendo de realçar o facto de no nosso Distrito ser talvez dos poucos (e eventualmente quase o único) que pensou a sério e atempadamente sobre o assunto. -----

Deixando as críticas para a bancada que suportou o Executivo que pouco ou nada fez na última década em que esteve no poder, e porque consideramos na nossa bancada esses assuntos muito importantes, gostaríamos de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara o seguinte: - Qual o ponto da situação da questão associada à renegociação da dívida oriunda das Águas do Norte e que foi herdada do anterior Executivo? – Como vamos pagar essa dívida sem deixar, ao mesmo tempo de investir no nosso concelho, tão carenciado e cada vez mais desertificado? Por último e apesar de já ter sido abordada a questão em Assembleias anteriores, tendo em conta as atividades do Município, como sejam o tratamento de milhares de dados pessoais (água, habitação social, educação pré-escolar, etc.), perguntava ao Executivo qual o ponto da situação, à data, sobre a implementação do Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD)? Gostaria ainda de deixar um apelo ao Sr. Presidente da Câmara para que interpretasse com atenção os dados da parte fiscal do Orçamento, porque aí vê-se perfeitamente que o nosso concelho está deprimido em todas as áreas.” -----

**ALÍPIO AUGUSTO MARCOS (PSD)** – Que disse: “ Sr. Presidente quero aqui congratular-me com o valor que este ano apresenta no orçamento para as Freguesias e felicita-lo pelo mesmo porque de facto é um valor merecido pelas Freguesias e considerável mas, como o Sr. Presidente sabe, a minha Freguesia é a segunda aldeia maior do concelho, é a aldeia que nas últimas décadas cresceu mais, é a aldeia dada a proximidade da Cidade que terá mais potencial de crescer e, num contexto que o Sr. Presidente defende de crescimento e de coesão do concelho, lamento e deixa-me triste e não estava à espera que a minha freguesia ficasse de fora. Por isso vou votar contra este Orçamento. E, Sr. Presidente eu sei que o senhor é



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

sensível e olhe que um dia vamos deixar de ser Presidentes eu e o senhor, iremos fazer muitas perguntas e uma delas será, valeu a pena?" -----

**ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS)** - Que disse: " Sr. Presidente, num ambiente de tanta concertação tinha de chegar alguém para desconcertar e é isso que eu vou tentar fazer, não antes sem vos dizer com total respeito pela bancada do Partido Socialista, que me elegeu mas com todo o respeito pelas pessoas que acreditaram em mim e que acreditam naquilo que eu digo quando ando em campanha e quando falo com as pessoas todos os dias na Cidade. -----

Esta minha reflexão é também função da minha cultura política. Defendi aqui em executivos anteriores uma alteração da cultura política que nos levasse a discutir mais e melhor as grandes opções do plano. E, mais uma vez, apesar de eu pertencer a uma bancada que é a bancada do Governo não houve do meu ponto de vista o respeito, a cordialidade e a participação necessária para se discutir um documento de tão grande importância. O Sr. Presidente da Câmara sabe deste meu incómodo, mas eu gostei do aspeto organizativo do documento porque me pareceu mais fácil de entender. No entanto, o que eu estranho é que mais uma vez o documento não plasme uma estratégia de desenvolvimento económico. Estranho particularmente quando o Executivo até tinha e tem um projeto com dois anos em andamento, projeto esse que defende a construção de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Económico. Mas vamos ao Plano. Quando lemos um documento deste tipo eu fico com a sensação de "Déjà Vu", porque a grande maioria das rubricas, pelo menos aquelas que constroem o orçamento já vêm de trás, ou seja, os grandes montantes estão lá inscritos e fazem parte de um conjunto de obras que deixam para a divisão orçamental verdadeiramente discricionária muito pouco da fatia orçamental. Isto para vocês entenderem que a partir do momento em que temos tantas Candidaturas e tanto dinheiro alocado às mesmas, resta pouco dinheiro e, temos que ser ultracriteriosos sob pena de não fazermos, do meu ponto de vista, grande coisa. Eu queria que a título meramente de exemplo, dou-vos um exemplo específico – em tão pouco dinheiro gastarmos 102 mil euros numa agenda cultural, pode ser legítimo, ou não, e isto é tão simples quanto isto e ainda para mais para uma agenda cultural que se mantém mais ou menos igual há 20 anos. Em que é que isto diferencia o território e em que é que isto traz economia? Depois a título meramente de exemplo quero que considerem como unidade de medida orçamental uma rubrica que é recente no orçamento que foi incluída no ano passado e que se chama Aziborne, é uma atividade desportiva que está com uma dotação orçamental prevista para este ano de 11 mil euros. Primeira nota: não é uma atividade diferenciadora do território porque nunca o caracterizou antes; segunda nota: é uma proposta bem recente, nada contra, mas vamos ver. No quadro orçamental esgotado pelo PEDU, diga-se, herdado mas bem conceptualizado, na minha modesta opinião, esta atividade, o Aziborne representa em termos de investimento aproximadamente 19% da dotação anual do Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros, 24% da dotação anual do Grupo Desportivo Macedense, mas, comparando com uma atividade económica diferenciadora e essencial para

a coesão do território, diga-se, Agricultura ou Entrudo Chocalheiro, esta atividade representa 24% da dotação prevista para a Feira da Agricultura, ou, imagine-se 66% da dotação prevista para o Entrudo Chocalheiro, agora Património Imaterial da Humanidade. Estes são meros exemplos, para responder à questão se há ou não há projeto económico. Eu escuso-me a responder a esta questão. Se este Orçamento mesmo ao nível do investimento as Freguesias, com todo o respeito que me merecem todos os Presidentes de Junta, não acredito que não tenham sido sensatos ou criteriosos nas escolhas dos vossos investimentos, há aqui um aumento enorme da dotação orçamental para 1 milhão de euros mas, pergunto-vos – onde é que está plasmada a prioridade e o desenvolvimento económico do concelho? Onde? Dividir para reinar, para ganhar eleições? Não. Eu não estou nesta Assembleia para isso. Depois vamos às prioridades de investimento. Mesmo no PEDU, mesmo sabendo que se tratam na sua maioria de Candidaturas aprovadas não podemos esquecer-nos que se alocarmos a inerente participação financeira não restarão recursos para outros investimentos e aqui reside a principal questão. Reparem, mapa demonstrativo dos fundos comunitários: - Bicity: 90.000,00€ de alocação de recursos; - Bicity II: 22.000,00€; - Reabilitação Energética dos Paços do Concelho – 10.000,00€; - Requalificação do Centro Hípico: 83.000,00€; - Valorização da Linha do Tua, que vem de um acordo já antigo feito pelo anterior Executivo: Outra pipa de massa; - Edificação Urbanística do Bairro S. Francisco de Assis, outra necessária; - Envolvente ao Mercado; Parque Urbano de Macedo: 400.000,00€; - Reabilitação da Estação Ferroviária, do meu ponto de vista, sem ser prioritário – 123.000,00; - Largo da Estação, sem ser prioritário – 52.000,00€; - Requalificação do Centro Hípico, e não tenho nada contra quem gosta de cavalos e da atividade – 83.000,00€ de alocação de recursos prioritários para a Autarquia de Macedo? Então eu pergunto-vos: quem é que priorizou os diferentes investimentos e em função de que Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico? Quem é que fez isto? E digo-vos: será o PEDU esse Plano? Não. O PEDU chama-se Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, não é um Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico. E aqui é que parece que tem estado o erro de muitos de nós. É que não temos estratégia económica e depois damos por nós em plenas festas de Natal com dois dos bares icónicos da Cidade, encerrados. Será isto normal? É. Porque de facto o concelho não tem um Plano de Desenvolvimento Estratégico Económico e é preciso tê-lo. E, por falar em Plano ou Agenda para o Desenvolvimento Económico, há coisas de que nós falamos há 20 anos, como por exemplo, onde é que está a ligação eco sustentável da Cidade ao Azibo? Esta não é prioritária? Então o que é prioritário, o Centro Hípico? Onde é que está o mapeamento e desenvolvimento das zonas de investimento turísticas? Um mapa para que se aparecer um investidor poder dizer-lhe onde investir que a Câmara oferece o terreno, particularmente para a habitação eco sustentável e eco resorts? Eu não conheço. Onde é que está o replaneamento e desenvolvimento da Zona Industrial? E, para que conste, a Zona Industrial no orçamento para 2018 não tinha orçamento, para 2019 aparecem 99.000,00€, não se faz nada. Não sei qual vai ser a execução orçamental da Zona Industrial mas com 99.000,00€ não se vai fazer nada. Há a intenção de alocar 1 milhão de euros proximamente numa futura Revisão do Plano e





Gj  
A  
cel-

Orçamento. Mas onde é que está a requalificação ou a reorganização da Zona Industrial para Lotes de grandes dimensões, porque aquilo que me consta, e pessoalmente já vieram falar comigo mais do que uma vez, quando é que temos Lotes de grandes dimensões para instalar unidades industriais? Não temos e pelos vistos vai ser muito devagarinho que algum dia vamos ter. Depois, onde é que está o investimento nas infraestruturas dirigidas à promoção das atividades económicas endógenas, verdadeiramente endógenas que já aqui hoje falaram ao de leve, onde estão os investimentos para a agricultura, para a floresta, para a caça e para o património? Há uma migalhas aqui e umas migalhas ali. Onde é que estão a identificação dos Polos fundamentais de desenvolvimento económico, aqui no documento? Não está. Onde está o planeamento dos eixos de desenvolvimento e investimento com foco nos fatores de diferenciação territorial? E, para entenderem esta é uma expressão muito gira mas é hoje o que vende mais no País, é o que é diferente e o que é diferente territorialmente. O que nos obriga a criar um destino, Azibo/Macedo de Cavaleiros/Entrudo Chocalheiro, isso é diferenciação territorial e isso é investimento inteligente. Eu dou-vos os exemplos dos planeamentos de investimento em eixo e as suas interceções, onde é que está o eixo agricultura, floresta, caça, ambiente, eco turismo e empreendedorismo? Onde é que está o eixo agricultura, indústria e comércio? Onde é que está o ambiente, património e turismo? Onde é que está o ambiente, desporto e turismo? Onde é que está o ambiente, urbanismo sustentável, economia urbana? Onde é que está a saúde, desporto, ambiente? Onde é que está a saúde, férias de saúde, reabilitação e recuperação, que envolveria naturalmente uma parceria com a ULS para diferenciar a nossa Unidade e podermos “vender” alguma coisa? A economia faz-se criando coisas e vendendo coisas, mas economia são as pessoas e não é mais nada do que isso. -----

E, portanto, quando não há isto e quando até tínhamos um projeto, que era o projeto SidUp que articulava estes eixos todos, mas incrivelmente vamos ao Mapa de Pessoal, como eu já disse aqui, e o Projeto SidUp não teve direito a ninguém, ou seja, não teve direito a ninguém mas também ninguém planeou e avisei-vos aqui há um ano atrás que não iria trabalhar gratuitamente no projeto porque não tenho tempo, mas, que iria gratuitamente coordená-lo com todo o gosto se me arranjassem gente para trabalhar. Alguém é responsável por isso, mas eu, certamente não sou. Então para concluir – na ausência de uma estratégia clara de desenvolvimento da nossa economia, mesmo reconhecendo a importância de um conjunto significativo de obras inseridas no PEDU; - mesmo reconhecendo a legitimidade dos Srs. Presidentes de Junta para selecionarem aquilo que entenderem importante, eu entendo que não há estratégias que revelem a priorização inerente a um orçamento sempre escasso, por isso o meu voto para este Plano e Orçamento é contra.” -----

**JOSÉ ANTÓNIO GÉNIO (PSD)** – Que disse: “ Sr. Presidente da Câmara: na Assembleia Municipal realizada em Chacim pedi-lhe que o Real Filatório estivesse aberto, pelo menos ao fim-de-semana. Disse-me que sim e nada foi feito. Estivesse o pagamento referente ao protocolo celebrado com a Junta de Freguesia, foi pago o ano de 2018/2019 e o de 2017/2018

ficou por pagar. Fosse promovida e valorizada a Feira das Cebolas que tão importante é para a nossa economia local e para a tradição do concelho, e foi feito zero. O Senhor Presidente prometeu que iria fazer alguma coisa e não fez nada. Relativamente à verba atribuída no orçamento para a Freguesia de Chacim, muito bem, estão aqui duas ruas que é a Rua de Santo António, a Travessa da Igreja, que será com 10.000,00€ que se vai fazer tanto trabalho? Eu acho que a este valor falta um zero, pois estas duas ruas são muito grandes.” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que disse o seguinte: “ Inicio esta minha intervenção ao debate do ponto 2.6 com uma citação: “ este caminho vem desde logo ao encontro do que prometemos em campanha eleitoral, contar a verdade às pessoas, esta é a nossa máxima, sermos transparentes” - Fim de citação. Este é um pequeno trecho tirado da ata n.º 5/2017 de 27 de dezembro de 2017, numa intervenção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Benjamim Rodrigues. Pois é Sr. Presidente, quando se está do outro lado da oposição é extremamente fácil criticar quem governa, o difícil é depois quando o povo nos dá o poder para as mãos, e nós temos de ser coerentes com o que tínhamos assumido anteriormente. O Sr. Presidente quando estava no lado da oposição era um crítico porque na sua opinião quem governava o Município não era isento, não era coerente, era imparcial e vingativo e usava o poder de forma opressora. E como fazia essa opressão, uma das formas era o orçamento. Falo desta, porque é esta que está em causa neste momento. Ora, como é que o orçamento, um instrumento da democracia, essencial para que se possa governar pode servir como arma política? É fácil. “ Diz-me com quem andas dir-te-ei quem és”, em linguagem política, “diz-me a tua cor e eu digo-te quanto tens”. E nisso Sr. Presidente apesar de todas as acusações que fazia o Sr. Presidente está a agir da mesma forma que anteriormente tanto criticou, não está a ser coerente e não disse a verdade. O Sr. Presidente faltou à verdade por diversas vezes, no seu Gabinete quando eu estive lá e me disse – a sua Junta David, é a Junta que sem estradas, tem o maior valor de orçamento, nós sabemos bem que precisa – estávamos eu, o senhor Presidente e um funcionário da Câmara, aí faltou-me à verdade. Em Murçós, no Café da Sequinha diante do José Veigas, o Secretário da Junta, da Natália Carrazedo, a Tesoureira da Junta, diante do Jaime de Murçós, o seu grande amigo do peito que o faz sentir em casa, diante dos funcionários da Câmara que o apoiavam, da dona do café, a Deolinda voltou a falar-me à verdade, aqui neste mesmo local e nos restantes onde fizemos reuniões da Assembleia Municipal, nas Arcas, em Chacim, em Talhas, a olhar nos nossos olhos, de todos os que estavam na Assembleia, o Sr. Presidente sem pestanejar disse: - David, não se preocupe, este Executivo vai ajudá-lo a fazer obra – faltou à verdade, falta-me aqui um ponto que hoje já voltou a dizer-me o mesmo e eu não previa isso. E isso Sr. Presidente deixa-me triste porque por sua ou vossa causa eu também faltou à verdade. Falto à verdade às pessoas da minha freguesia, faltou quando digo que vão limpar as bermas e ninguém aparece, faltou à verdade quando digo que vão arranjar os caminhos e não são arrançados, faltou à verdade quando digo que já vai um camião dos Bombeiros com água e só aparece no dia seguinte, ou dois dias depois, faltou à verdade quando digo que este ano tenho verba no orçamento e não



tenho lá um cêntimo. Eu falto à verdade sempre que a minha Junta depender de si. E agora Sr. Presidente no dia em que a sua citação faz 2 anos, acha que a sua máxima ainda se mantém válida? Na política não vale tudo, se faltar à verdade faz das pessoas boas políticas o Sr. Presidente está no bom caminho e está a encaminhar-me a mim também para bom político. Mas, na minha sincera e humilde opinião, no dia em que ganhou as eleições perdemos um ótimo médico. Para mim este orçamento não passa de um orçamento queijo limiano, o investimento que o Sr. Presidente fala para as Freguesias é avultado, mas bem estudado não há tanta verba como parece, é fácil falar que dão verbas e se investe quando na realidade essas verbas são por vezes fictícias e um dos casos o Sr. Génio falou nela agora – tinha 5.000,00€ em 2019 e desapareceram, sem obra e sem dinheiro, ou os valores que se encontram inseridos neste orçamento transitam do ano anterior que, pelas minhas contas, são 470.143,68€ que transitam do ano de 2019 para o ano de 2020. A maior parte da verba que está inscrita para as Freguesias consta como investimento na Freguesia mas na realidade é uma obrigação da Câmara porque se o Sr. Presidente retirar as verbas inscritas nas estradas, que são estradas municipais, e são as Câmara que têm de as arranjar, o investimento nas Freguesias passa do tal superior milhão, para 648.500,00€. Ora, moralmente as restantes obras com exceção do Centro Hípico de Grijó são do anterior Executivo, moralmente, como moralmente os Caretos também foram, porque estão sempre a falar da dívida que herdaram mas não falam do enorme apoio que eles conseguiram para essas grandes obras que se vão fazer em Macedo. Sr. Presidente ia dizer-lhe as vezes todas que me faltou à verdade mas para não estarmos a atrasar mais eu entrego-lhe a folha e depois o Sr. Presidente pode consultar as atas de onde eu tirei as frases. E vou terminar com uma frase do Deputado Municipal, Manuel Mico “já está feito e assim faz-se política”. -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse: “ O Deputado José Madalena fala de 1 milhão de euros de custos com pessoal, e de facto estamos a falar numa situação em que o quadro de pessoal da câmara desde que entrei para o Executivo diminuiu o número de funcionários. Conseguir imaginar o que isto quer traduzir? Fizemos o descongelamento das carreiras, ou seja, valorizamos todos os funcionários da câmara, melhoramos a gestão e demos-lhe mais qualidade e o justo valor, portanto como podem perceber é daqui que resulta 1 milhão de euros, e se alguém for capaz de diga agora aos funcionários da Autarquia que não merecem este acréscimo nos seus vencimentos. Quanto aos juros dos acordos de regularização da dívida estamos a negociá-los, um deles já está negociado e um ainda em aberto que estamos à espera do instrumento legal para o fazer. Relativamente aos 20.000,00€ para a sanidade animal é certo que 44 mil euros pagaria toda a vacinação, mas pessoalmente não concordo que seja dado apoio a 100% a qualquer que seja a atividade, os nossos agricultores e criadores de gado merecem a nossa consideração, nós decidimos que o apoio é este e isto é

uma questão de princípio, não apoiar a 100%, além de que em nenhuma parte do País isso acontece. Sobre os Lotes de Terrenos, os valores que aqui foram mencionados não correspondem àquilo que efetivamente está plasmado no Orçamento. Os Lotes estão mais ou menos mencionados em 245.000,00€ não em 784.000,00€ porque estes valores referem-se à Zona Industrial, que curiosamente há Lotes que nem escrituras tem porque foi permitida a instalação das pessoas nesses Lotes, o que permitiu que agora se viva a situação que temos na Zona Industrial, ou seja, Lotes que deviam ser revertidos não podem ser porque as pessoas instalaram-se, algumas fizeram construções rudimentares para falsear a situação e neste momento não conseguimos revertê-la, e este foi um péssimo trabalho feito anteriormente. Agora estamos a tentar revertê-los e é aí que vamos buscar esses valores que aparecem no orçamento. No que diz respeito às recomendações feitas iremos obviamente ter em linha de conta. A Revisão que iremos fazer proximamente e sobre os passeios de Vale de Prados, Vale da Porca e D. Abílio Vaz das Neves vamos ter em consideração. Até agora estivemos a querer equilibrar o orçamento pois tivemos um orçamento desequilibrado de 4 milhões de euros e não foi fácil pôr isto em ordem. É uma questão de rigor e de boa gestão e neste momento o que estamos a fazer é investimento progressivo. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal Manuel Mico não irei acrescentar muito mais, abordou a questão das iniciativas das 4 Feiras com a gestão cuidada dos gastos. Obviamente que eu atrevo-me a desafiar-vos que contestem a gestão que temos feito das Feiras, se o prejuízo que temos tido com elas em termos de imagem pública e de reversão económica se a perda de investimento que fizemos que foi para investir noutros locais, se realmente não valeu a pena, pois com a perda que temos tido de população por todo o Distrito o número de pessoas de afluência às Feiras não diminuíram e com o mesmo dinheiro que temos aplicado. -----

Ao Deputado Municipal Luís Miranda Pereira dizer-lhe que acredito em melhorar Macedo. Falou e muito bem nos Museus, estamos a tratar desse assunto que está nas mãos da Vereadora da Cultura e de certeza que irá dar o melhor encaminhamento aos Museus porque também aqui se trata de uma gestão cuidada. Sabemos que antigamente com as mesmas verbas que nós investimos nos Museus com a Associação Terras Quentes, conseguiam fazer tanto trabalho, mantê-los abertos, equipá-los com todo o espólio que tem, ter os funcionários e ainda editar os cadernos das Terras Quentes por que motivo agora com mais dinheiro não o faziam e porque é que não tínhamos o retorno económico e o retorno visível da visitação? É por isto que temos de ter algum cuidado e podem fazer as críticas que quiserem mas façam isto com coerência e muita ponderação. Relativamente aos projetos que herdamos posso dizer que todos eles tiveram de ser reequacionados e reelaborados, tendo ficado só um que curiosamente até é aquele que vai ter da parte da Câmara uma participação maior que é o Bicity, e não sou que estou a falar por demagogia, era a CCDD-N que mandava os projetos para trás para ser reequacionados. Quanto a Lamas posso dizer que por não constar do orçamento não quer dizer que a obra não seja feita e cá estarei daqui a um ano e meio para podermos fazer a reapreciação. Não irei fazer tudo de certeza mas irei dar a cara e dizer “não consegui fazer” porque não tinha dinheiro pois se tivesse os 700 mil euros que tive de pagar



celorico

tinha feito tudo o que aqui está e o que prometi mas, eu não tinha na ideia as dívidas que me deixaram sem cabimento porque com o dinheiro dessas dívidas que me deixaram eu tinha feito todas as obras que as Freguesias me estão a pedir agora. -----

Sobre a intervenção do Deputado Municipal Nuno Morais e no que diz respeito ao programa da comparticipação dos medicamentos infelizmente as pessoas não aderem. Mas as pessoas têm conhecimento porque este protocolo já vem de trás, nós já o herdamos, aliás um excelente protocolo que nos foi deixado pelo anterior Executivo e que achamos por bem dar continuidade, mas não sou eu que vou obrigar as pessoas a gastar o dinheiro que está previsto no âmbito deste protocolo e a referência que temos no orçamento vem em função daquilo que foi gasto no ano passado. Quanto aos terrenos alienados deve haver aí uma grande confusão porque os valores ascendem à volta dos 245.000,00€, tudo o resto é Zona Industrial. -----

A intervenção do Deputado Municipal Fernando Gomes dizer-lhe que de facto a dívida das Águas tem um acordo resolvido a 5 anos, o outro acordo está dependente da proposta do Orçamento do Estado. A Proteção de Dados é uma Empresa da CIM que está a tratar. Neste momento estamos a aguardar que seja feita a devida conclusão. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Alípio Marcos que disse que agora somos Presidentes e quando nós sairmos daqui os dois e provavelmente eu poderei sair daqui a dois anos e meio, quando o povo entender que eu não sou sério, mas dizer que valeu a pena, as dores de cabeça que tivemos, conhecermos como se gere uma casa destas, e eu já tive também a experiência da minha Freguesia. -----

A intervenção do Deputado Municipal Acácio Espírito Santo, esta sim foi acutilante e foi a prova de que temos aqui Deputados na nossa bancada que não estão ao serviço deste Executivo. Estão aqui para criticar quando têm de o fazer, foi uma posição e eu tentarei explicar alguma coisa do que possa rebater aqui relativamente ao que aqui foi dito. Quando se diz que não temos Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico, significa que nós darmos prioridade ao cumprimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), é falta de estratégia económica? Nós herdamos como aqui foi dito uma série de propostas de Candidaturas que tiveram de ser revistas mas não tira o mérito a quem as fez e quem as negociou. Deu-nos trabalho é certo mas, quem de facto as deixou tinha alguma visibilidade no Desenvolvimento Económico do nosso concelho. São obras estruturantes e por isso mesmo se chama Plano Estratégico. Então isto não é um Plano Estratégico, fazer cumprir obras estruturantes? É óbvio que é, ou então não entendo nada de nomenclatura. Soluções para criar outras alternativas, confesso que nós pautamos toda a nossa conduta em função e gravitamos à volta disto, o Plano de Desenvolvimento Estratégico Urbano para nós é uma prioridade, por isso mesmo 10 milhões de investimento são prioridade porque são desenvolvimento económico, ou então o que andamos a fazer com os Fundos Comunitários? Se para nós não é prioritário canalizarmos todas as nossas energias e fundos para participar a nossa parte no PEDU então estamos a ter conceitos completamente errados e nem sei o que estou aqui a fazer e acho que até desafiava o Deputado Acácio a ocupar o meu lugar. Relativamente aos 100 mil euros da agenda cultural, confesso que não me parece uma grande verba para uma



agenda cultural para um ano inteiro, mas a Vereadora responsável terá as suas razões e aqui corroboro a opinião do Sr. Deputado – um povo inculto nunca poderá ser um povo rico - mais pobreza do que um povo que vive sem cultura, para mim é dramático e, só por isso é que nós não conseguimos acompanhar a evolução da Europa e, cultura para mim é prioritário e acho que este orçamento peca por escasso, teríamos de ter mais dinheiro alocado à cultura e isto sim, para mim é estratégia, enriquecimento do povo. Relativamente ao Aziborne também estamos em desacordo total, este investimento de 11 mil euros não é estratégico? O Aziborne é uma prova que envolve 4 modalidades e destas uma delas é estrategicamente importante para o concelho que é o parapente que perdemos e nós, este ano, conseguimos decorar os céus de Macedo com o parapente. E, foi bom de ver como também foi bom ver as pessoas que vieram a Macedo. Foi o primeiro ano, é uma aposta e eu estou perfeitamente solidário com o Vereador Rui Vilarinho que teve uma excelente ideia, uma ideia pioneira, existe no País uma ou duas provas parecidas que estão em franca evolução em todo o mundo e posso dizer-vos que na Europa algumas provas de referência como na Áustria e vem gente de todo o mundo, desde os Estados Unidos, à Austrália e nós não queremos isto para o nosso concelho? Houve inclusive equipas da RTP que se mostraram disponíveis para vir participar e não o puderam fazer porque já não tinham lugar? Isto não vale a pena? Isto não é estratégia? Obviamente que é estratégico, os maiores vetores da aposta turística e desenvolvimento que há é o desporto, natureza e turismo portanto é uma forte aposta estratégica. Quanto ao total de investimentos da Autarquia falou-se aqui nas prioridades plasmadas nas aldeias e foi questionado não tendo discutido o Sr. Deputado quais seriam as prioridades. Os Presidentes de Junta têm de facto que ter as suas prioridades e posso dizer-vos que alguns dos orçamentos que não estão plasmados aqui foi porque eu não tive conhecimento de quais eram as prioridades, não me chegou essa informação. Por exemplo, é verdade aquilo que disse aqui o David e é verdade aquilo que eu lhe disse porque Espadanedo há-de ter investimento, pode não ser este ano, mas eu ainda não acabei o meu mandato e não quer dizer que isto esteja fechado porque o orçamento é um documento previsional que é sujeito a revisões. -----  
Relativamente à questão da ligação eco sustentável ao Azibo é também uma das minhas prioridades e uma das minhas bandeiras de campanha mas digo não prometo aqui que vou conseguir cumprir, mas vou tentar tudo para o conseguir porque para mim é estrategicamente importante. A ligação ao Azibo, uma ligação eco sustentável que não será transitável por veículos motorizados. Poderá ser transitável por veículos elétricos, animais, bicicletas. Só esperamos que haja candidaturas porque estamos na primeira linha, o projeto está em andamento e temos o estudo feito, estudo que aliás já vinha do executivo anterior e nós estamos a apoiar. A Zona Industrial com 99.000,00€, mas nós fizemos uma candidatura que tenho fortes perspetivas de que venha a ser aprovada e vou fazer todas as démarches para que isso aconteça e que rondará 1 milhão de euros e outra coisa, eu não disse aqui que não fazíamos estudos de ampliação. O estudo de ampliação da Zona Industrial está feito e foi encomendado a um arquiteto da Cidade de Macedo e a seu tempo irá ser candidatado. Então e isto não é estratégia? Sobre o que vou fazer no próximo orçamento que nos possa fazer

  
  
celin

diferenciação territorial a aposta nos eixos todos que aqui foram falados são para nós prioritários e iremos continuar a apostar neles e digam-me onde é que eu não aposto neles. Por fim, agradecer ao Deputado Municipal Acácio Espírito Santo por ser um opositor dentro da governação. -----

Ao Deputado Municipal José Génio dizer-lhe que desconheço que haja a falta de pagamento mas irei ver o que se passou e providenciar e se há uma prestação que não foi paga tem de o ser. Quanto ao valor orçamentado para a obra nas duas ruas de Chacim se a verba é pouco quando as obras forem feitas há uma rubrica e se for necessário será alterada. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal David Martins dizer que me apresentou aqui uma descrição com algumas menções que eu fiz em atas mas continuo a ficar na minha, pois não sei no que sou mentiroso no que aqui está. Eu ainda estou na Câmara, ainda não terminou o meu mandato e iremos fazer obras nomeadamente na União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco. Relativamente ao que foi dito no Santo António em Murçós, não retiro nem uma vírgula, o que eu disse terei de cumprir. Estou aqui com boas intenções e de boa mente e garanto que não é por opções políticas, estou aqui a um soldo só, que é o soldo do nosso povo. Todas as afirmações que aqui fez sobre o desempenho do anterior Executivo, eu já não posso dizer mais nada. Tenho elogiado o Executivo pelo que fez de bem, pela herança que nos deixou de bem mas, não posso elogiar pelo que nos deixou de mal porque isso trouxe-nos grandes transtornos, aqui a estar julgado perante vós podendo eu estar aqui bastante confortável e vocês todos com as obras todas que queriam porque das coisas que mais me custa é não poder englobar com uma verba a estrada do Mogrão, mas também irá ser feita." -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 32 votos a favor, 13 votos contra dos Deputados Municipais: Leonardo Vila Franca, Luís Miranda Pereira, Jacinta Lopes, Manuel Rodrigues, Luís Cabeceiro, Alípio Marcos, Luís Gonçalves, Francisco Castanheira Pinto, José Génio, Luís Manuel Rodrigues, David Martins, Eduardo Pereira e Acácio Espírito Santo contra e 13 abstenções dos Deputados Municipais, José Madalena, Inês Falcão, António Nuno Morais, Humberto Trovisco, Carlos Carneiro, Carlos Rodrigues, Jorge Artilheiro, Paulo Dias, António Afonso, Francisco Correia, Delfina Sarmiento, Rui Lopes e Simão Ferreirinha, com base no disposto no n.º 1, alíneas a) e o) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar, nos termos apresentada, a proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal para o ano de 2020. -----**

**Declaração de Voto: -----**

**Acácio João Carvalho do Espírito Santo (PS) –** “Quero agradecer a integração das críticas por parte do Sr. Presidente do Município, aliás, não esperava outra coisa, e quero justificar o meu voto contra em função da análise ao Orçamento que fiz anteriormente, esperando contudo, que futuras Revisões do Plano e Orçamento integrem aquilo que as pessoas

consideram prioritárias para a economia o que dito de outro modo significa, prioritário para as necessidades das pessoas e isto significa desenvolvimento económico." -----

**PONTO 2.7 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ €99.759,58 POR ANO ECONÓMICO / PROPOSTA** -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezanove de dezembro de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----

"Presente a proposta da Vice-Presidente da Câmara Municipal, Elsa Carina da Silva Escobar, que se transcreve. -----

**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ €99.759,58 POR ANO ECONÓMICO / PROPOSTA** -----

"O artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação - (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), estatui que a assunção de compromissos plurianuais, "independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, cordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Todavia, de acordo com o previsto no n.º 3 do mencionado artigo, nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere o artigo 22.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, ou seja, 99.759,58€, a Assembleia Municipal pode delegar no Presidente da Câmara a competência para autorizar esses compromissos. -----

Considerando que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do artigo 14.º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; -----

- Considerando que, atenta esta factualidade e ainda a celeridade, eficiência e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal; -----

- Considerando, ainda, o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e artigo 44.º do CPA, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da citada Lei n.º 8/2012 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, proponho que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Aprovar submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal ou a sua reprogramação, durante o ano de 2020, que resultem de planos ou programas



*Cij*  
*cel*

plurianuais legalmente aprovados. -----

2. Solicitar à Assembleia Municipal para que este órgão: a) Ao abrigo do artigo 6.º, n.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, delegue no Presidente da Câmara a competência para autorizar a assunção de compromissos plurianuais, decorrente de contratos não previstos no número anterior, desde que esses encargos não excedam o limite de 99.758,98€ em cada um dos anos económicos seguintes aos da sua contratação e o prazo de execução de 3 (três) anos; b) Delegue no Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que os compromissos previstos na LCPA, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e em conformidade com o regime da despesa pública, até ao montante permitido por lei; -----

3. Que delibere, ainda, a Câmara Municipal prestar informação regular à Assembleia Municipal da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação." ---

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou, aprovar a proposta nos termos formulados e submetê-la a apreciação da Assembleia Municipal. -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar nos termos apresentada, a proposta da Câmara Municipal. -----

**APROVAÇÕES EM MINUTA**-----

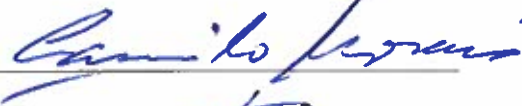

Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta o ponto, dois ponto quatro, dois ponto cinco, dois ponto seis e ponto dois sete da ordem do dia. -----

**PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Conforme estipula o número um do artigo quadragésimo nono do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro, o excelentíssimo senhor **Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento intervir.-----

**Nada a registar.** -----

**Eram vinte e uma horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.** -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
Celine Martin  
\_\_\_\_\_